



WALDIR FREITAS OLIVEIRA

O PRÍNCIPE DE JOINVILLE
NA BAHIA, NA ILHA DE SANTA
HELENA E NO GOLFO
DA GUINÉ (1840-1843)



**O PRÍNCIPE DE JOINVILLE NA BAHIA, NA ILHA
DE SANTA HELENA E NO GOLFO DA GUINÉ
(1840-1843)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

NAOMAR DE ALMEIDA FILHO

VICE-REITOR

FRANCISCO JOSÉ GOMES MESQUITA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

FLÁVIA M. GARCIA ROSA

CONSELHO EDITORIAL

ANTÔNIO VIRGÍLIO BITTENCOURT BASTOS

ARIVALDO LEÃO AMORIM

AURINO RIBEIRO FILHO

CID SEIXAS FRAGA FILHO

FERNANDO DA ROCHA PERES

MIRELLA MÁRCIA LONGO VIEIRA LIMA

SUPLENTES

CECÍLIA MARIA BACELAR SANDENBERG

JOÃO AUGUSTO DE LIMA ROCHA

LEDA MARIA MUHANA IANNITELLI

MARIA VIDAL DE NEGREIROS CAMARGO

NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO

NELSON FERNANDES DE OLIVEIRA

EDUFBA

Rua Barão de Geremoabo s/n
Campus de Ondina - Salvador-BA

CEP: 40 110-060

Tel/fax: (71)263-6164

edufba@ufba.br www.edufba.ufba.br

©2003

DIREITOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA CEDIDOS À

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

FEITO O DEPÓSITO LEGAL.

PROJETO GRÁFICO

GERALDO JESUÍNO

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

JOSIAS ALMEIDA JUNIOR

CAPA - ARTE FINAL

JOSIAS ALMEIDA JUNIOR

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Entrevista de Luís-Felipe e da Rainha Vitória, em Tréport, em 1843” François Biard (detalhe). Chateau de Versailles. (in MGR Le Prince de Joinville. *Vieux Souvenirs 1818-1848*. Paris: Mercure de France, 1986)

REVISÃO DE LINGUAGEM E EDITORIAL

TÂNIA DE ARAGÃO BEZERRA

MAGEL CASTILHO DE CARVALHO

O48 Oliveira, Waldir Freitas.

O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné (1840-1843) / Waldir Freitas Oliveira ; apresentação Fernando da Rocha Peres. – Salvador : EDUFBA, 2003.

78 p. : il. – (Coleção nordestina).

ISBN 85-232-0292-7

1. Joinville, François – Ferdinand – Philippe – Louis – Marie d’Orleans, Príncipe de, 1818-1900-.
2. Historiografia. 3. Pesquisa histórica. 4. Viagem na literatura. I. Peres, Fernando da Rocha. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 82-94

CDD: 907.2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

I

VIAGEM E ESTADA NA BAHIA DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE (1840)

9

A ESTADA NA BAHIA

11

OS PERSONAGENS DESTE REGISTRO

16

OS REGISTROS DA VIAGEM DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE

17

TEXTOS COMPLEMENTARES

A

O PRÍNCIPE DE JOINVILLE

21

B

UM DEPOIMENTO PESSOAL

23

C

RECORTES DE JORNAIS

27

“O PRESENTE DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE”

27

II

A VIAGEM DE RETORNO À FRANÇA DE LA BELLE POULE

33

TEXTOS COMPLEMENTARES

CARDEAIS BRASILEIROS EM SANTA HELENA

37

III

**A VISITA DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE AO XAXÁ I –
FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA (1843)**

39

TEXTOS COMPLEMENTARES

A

**NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA SOBRE
OS XAXÁS DE UIDÁ**

51

B

O RETRATO DO XAXÁ II VISTO POR FORBES

55

C

FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA

59

NOTAS

63

ILUSTRAÇÕES & FOTOS

67

APRESENTAÇÃO

ESTE trabalho de Waldir Freitas Oliveira, Professor Emérito da UFBA, docente de várias gerações, tem o mérito de retomar e esclarecer um assunto pouco conhecido na nossa historiografia. Utilizando fontes secundárias e uma bibliografia de difícil acesso, assim como uma pequena iconografia, o autor, centrado na figura do Príncipe de Joinville (François D'Orléans, almirante francês – 1818-1900) desloca o leitor para a Bahia, Santa Helena e Guiné, e nos conta três episódios: um incidente em engenho do recôncavo baiano, a solene transladação de Napoleão Bonaparte para Paris, onde jaz no *Les Invalides*, e um encontro com Francisco Félix de Souza, o XAXÁ I.

É o enlace de três fatos históricos recontados, documentadamente, ao sabor, quem sabe, de um poema que poderia ter sido escrito pelo mestre Ascenso Ferreira: Bahia, Santa Helena e Guiné.

Tanto a história quanto a poesia nutrem-se dos fatos. A primeira recupera o acontecido, ou relata o acontecendo, a outra, que penso nasceu primeiro, na corte das musas, incendeia com seus tropos o transcendente. Ambos, historiador e poeta, reconstituem os fatos dispersos, perdidos ou esquecidos no tempo, pois a realidade não

fala de si mesmo, e, em todo caso, é preciso que alguém fale por ela. A realidade mostra, no visível, a sua dureza.

E assim este livrinho precioso enquadra-se, perfeitamente, na presente coleção, quando além do mais é consabido que o Príncipe de Joinville, terceiro filho de Luís Felipe, rei da França, casou-se com Dona Francisca (Chicá) da família imperial brasileira, em 1843, filha de Pedro I, primeira ligação dos Orleans com os Bragança. Como recompensa e/ou dote foi-lhe dado um pedaço do Brasil, em Santa Catarina, “grande extensão de terras cobertas de matas”. Deste presente matrimonial, o Príncipe, que viveu a maior parte da sua vida na França e Inglaterra, cedeu “nove léguas quadradas”, para a implantação de uma Colônia Dona Francisca, onde surge a vila de *Joinville*, com colonos alemães-suíços, alemães e franceses. Como de tudo resta algo, ficou a toponímia Joinville, e permaneceram os traços étnicos e culturais da antiga colônia. Mas esta é outra história, e os tempos são outros.

Fernando da Rocha Peres
Diretor do Centro de Estudos Baianos da UFBA

I

VIAGEM E ESTADA NA BAHIA DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE (1840)

EM 1830, com a deposição de Carlos X, resultado da revolta popular contra suas medidas arbitrárias e da oposição sistemática que lhe faziam setores significativos das forças políticas francesas, do seio das quais destacava-se o marquês de La Fayette, considerado, pelos seus contemporâneos, o personagem mais identificado com a Revolução, ao lado de François Guizot, Adolphe Thiers e Victor Hugo, entre vários outros, não fora esperado pela população de Paris o apelo que lhe foi feito, de uma das janelas do Hôtel de La Ville, exatamente por La Fayette, para que fosse aclamado como novo rei da França, Luís Felipe, duque de Orleans, quando todos esperavam o restabelecimento da República.

Contra ele iriam, naquela ocasião, posicionar-se os monarquistas legitimistas que repudiavam o por eles chamado “rei das barricadas”, os bonapartistas e os republicanos; além de muitos dentre os chamados orleanistas, inconformados com a escolha feita.

Comenta Charles Seignobos que na revolução de 1830, “o ramo mais velho dos Bourbons foi substituído pelo ramo mais novo dos Orleans, e a burguesia, despojando do poder a nobreza e o clero,

tornou-se senhora do governo (já o sendo havia um século)”. Acrescenta, então – “a maioria dos nobres, recusando-se a prestar juramento de fidelidade ao usurpador, afastou-se da vida pública”; e que Luís Felipe, “sustentado apenas pela burguesia afetou as maneiras e mesmo os hábitos de um rei burguês, e tomou para ministros, alguns burgueses de acordo com a maioria da Câmara”; concluindo com a observação de haver sido desse modo que “começou em França a prática regular do regime parlamentar”.¹

Fora com o intuito de conquistar o apoio dos bonapartistas que resolvera Luís Felipe, acolhendo idéia que lhe dera Thiers, negociar com a Inglaterra o retorno à França dos restos mortais de Napoleão I, que falecera, prisioneiro dos ingleses, a 5 de maio de 1821, na ilha de Santa Helena, onde estava sepultado.

Guizot, embaixador da França em Londres, negociou o assunto com o visconde Palmerston, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, sendo a solicitação dos franceses bem aceita pela coroa inglesa, que se esforçava, na época, para extinguir as animosidades nacionais que haviam mantido em armas, durante a vida do Imperador, as duas nações.

Foi, então, encarregado de chefiar a expedição que deveria incumbir-se do traslado dos despojos do ex-Imperador, o príncipe de Joinville, terceiro filho do rei Luís Felipe, que para cumprir a sua missão, deveria se fazer acompanhar por alguns dos antigos companheiros de Napoleão e de pessoas que a ele haviam em vida se ligado. Formou-se, então, o grupo que iria à ilha de Santa Helena, para recebê-los e trazê-los de volta à França: – o príncipe de Joinville; o general Bertrand, seu antigo ajudante de campo; o general Gourgaud; e Marchand, seu criado de quarto, que o havia acompanhado ao exílio; além do barão Emanuel de Las Cases, filho do autor do célebre *Memorial de Sainte Hélène* e do comissário do rei, o conde de Rohan-Chabot, todos viajando a bordo da fragata *La Belle Poule*, sob o comando do príncipe de Joinville e devendo ser comboiada, durante toda a sua viagem, pela corveta *La Favourite*.

Partiram, pois, essas embarcações, de Toulon, no sul da França, a 6 de julho, havendo chegado à Bahia, a 28 de agosto de 1830, tendo feito escala em Tenerife, nas ilhas Canárias.

A ESTADA NA BAHIA

Governava a Bahia, nessa época, o magistrado Thomaz Xavier Garcia de Almeida, que substituíra em seu posto, a 28 de agosto de 1838, o tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, que reprimira com violência a revolução comandada por Sabino Vieira, não interessando ao governo da Regência que persistissem vivas as marcas deixadas pelo movimento, colocando, para isso, na presidência da Província, um civil.

Conhecemos detalhes da visita do príncipe de Joinville à Bahia, através das informações que nos foram dadas pelo embaixador Donatello Grieco, em seu livro *Napoleão e o Brasil*.² Parco em demasia, no entanto, a respeito das suas fontes de informação, não nos deixa muito espaço para comprovarmos o que afirma. Fala-nos, então, de uma certa “correspondência publicada pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 13 de setembro”; também de outras “correspondências vindas da Bahia”, estampadas neste mesmo jornal; e, ainda, de “uma correspondência particular de 15 de setembro”, a respeito do assunto, sem lhe indicar o remetente, nem onde a encontrou. Diz, então, que o príncipe de Joinville não recebeu como príncipe, na Bahia, a pessoa alguma; e que “pode-se dizer que quase nunca aparece como comandante da expedição, passando incógnito em algumas partes da cidade, vestido à paisana, sem etiqueta e até sem comitiva”. Prossegue informando que, a 12 de setembro, o presidente da Província ofereceu um chá em palácio “aos nobres amigos do grande capitão”; e que ao mesmo compareceram “em grande uniforme (...) a oficialidade dos dois

navios” e mais “os generais Bertrand e Gourgaud, o filho de Las Cases, e o *valet* Marchand”. Ainda, que “mais de quarenta meninas de 11 anos” assistiram à festa, que se prolongou “até tarde da noite”. Quanto ao príncipe de Joinville, diz que “comparecendo, tomou uma xícara de chá e logo se retirou, às 11 da noite”; e ainda, que no dia seguinte, o presidente da Província e o Arcebispo jantaram no *La Belle Poule*. Finalmente, que o príncipe visitou a ilha de Itaparica e as vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragojipe e Feira de Santana.

Conta também que tendo o príncipe de Joinville notícia de que as terras do Recôncavo eram pródigas em boa caça, manifestou ao presidente da Província seu desejo de aproveitar a oportunidade para nelas realizar uma caçada; e que ele teria lhe oferecido, nessa ocasião, os préstimos de “um sr. Moniz” que as conhecia muito bem, não havendo, contudo, o príncipe aceitado essa colaboração, dispondo-se a ir até lá por sua conta e risco.³

Tudo indica haver sido este “sr. Moniz”, o conceituado senhor rural Francisco Moniz Barreto de Aragão, proprietário dos engenhos “Vitória”, situado à margem esquerda do rio Paraguaçu, e “Mataripe”, localizado no esteiro com este mesmo nome, no litoral leste, interior da baía de Todos os Santos; e nessa sua aventureira caçada, iria ele envolver-se em um incidente que poderia ter tido maior repercussão, caso não fossem tomadas, com rapidez, talvez pelo próprio “sr. Moniz”, conforme nos assegura um dos seus descendentes, as providências que o caso passara a requerer.⁴

Acompanhemos, a partir de agora, a narrativa feita pelo próprio príncipe sobre o que lhe aconteceu e aos seus companheiros, conforme publicou, inicialmente em forma de folhetim, em Paris, no *Illustré Soleil de Dimanche*, em 1894, e nesse mesmo ano, em forma de livro, em duas edições sucessivas sob o título *Vieux Souvenirs* (1818-1848), cinqüenta e quatro anos depois dessa sua viagem, tomando por base a tradução que lhe fez Frederico Edelweiss.⁵ Cotejaremos, então, o relato constante da sua última edição, a de 1986, com o da sua terceira,

na qual supomos haver sido reproduzido o texto das duas anteriores, acompanhado de ilustrações feitas pelo próprio autor, surgidas em 1894, editadas em Paris, pela casa Calmann-Lévy; esclarecendo haver sido a terceira, integrante do acervo da biblioteca do Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia, e a de 1986, as por nós consultadas. Registrando o fato de nessa sua última edição, a editora *Mercure de France* desculpar-se por dela não haver feito constar as ilustrações que constaram das edições anteriores.⁶

Ei-lo, segundo a tradução de Frederico Edelweiss:

Havia fretado um naviozinho a vapor em que ia dar caçadas, acompanhado de alguns oficiais; verdadeiras viagens de descobrimento aos rios que deságuam na baía da Bahia.

Numa delas havíamos subido longo trecho do rio Cachoeira, sem notarmos vestígio de gente. Lançando ferro descemos em terra e passamos o dia a praticar verdadeira obra de destruição nos bandos de tucanos, papagaios multicores, de outras aves e de animais extraordinários, dos quais a mata estava cheia. Ao pôr do sol, desembocamos num caminho trilhado que nos levou a uma grande aberta e, depois, a uma grande aldeia de cuja existência não havíamos tido o menor indício.

Entramos. Tudo ermo; todas as portas fechadas. Fomos ter a uma vasta praça no centro da povoação. Também aí tudo silêncio e solidão. Penetramos na bonita igreja, cuja porta estava escancarada. Vazia também. Apenas o aroma do incenso de recente cerimônia pairava no ar.

No meio da praça erguia-se um quiosque, sem dúvida destinado a concertos. Ali se achavam, ainda, os instrumentos de uma orquestra abandonados diante dos púlpitos (*pupitres* – **estantes para partituras**), em cima das cadeiras, como se o concerto houvesse sido interrompido pouco antes.

Essa aldeia abandonada repentinamente intrigava-nos não pouco. Mas na esperança de ressuscitar sua população e animados de uma certa dose de molequice, encostamos nossas armas de

caça e empunhando os instrumentos abandonados, fizemos a mais infernal das músicas ⁷. Tudo de balde! Ninguém apareceu. Como o dia declinasse rapidamente, julgamos conveniente voltar a bordo e calmamente retomamos o caminho. A noite havia caído de todo e a lua começava a subir quando íamos chegando a uma enseada onde se achava a nossa canoa ⁸. Nela íamos entrando após tirá-la do lodo, quando uma gritaria repentina se fez ouvir na mata e de toda a parte começamos a notar o brilho de armas entre as moitas enluradas. Antes que tivéssemos tempo de voltar do nosso espanto, estávamos cercados por um bando numeroso de homens armados de fuzis, espadas e lanças em meio a uma gritaria ensurdecidora.

Em poucos instantes estávamos desarmados, arrastados isoladamente e moídos de pancadas. Aqueles que, nas histórias de viagens, viram a estampa do ataque feito ao capitão Cook, pelos selvagens do Pacífico, terão uma idéia exata da cena. Mas não faltou ao quadro o ambiente pinturesco: o luar prateando a exótica vegetação tropical. Aliás, eram, de fato, selvagens os que nos atacavam, a maioria de negros, os restantes, de mulatos. Que felicidade foram para nós, o imprevisto da acometida, as armas sem carga e a dificuldade de movimentos numa canoa entupida! Se não fosse assim, o bando composto de mais de duzentos homens armados, ter-nos-ia irremediavelmente chacinado.

Cada qual teve, entretanto, neste tumulto, a sua aventurazinha. Eu, da minha parte, saltei n'água, afastando com a minha espingarda as lanças de dois negros mal encarados e corri para me agarrar com um homem que usava um chapéu de cidade, lenço à gaúcha ao pescoço, e manejava um sabre, e parecia ser o chefe do bando. Em poucas palavras de mau português procurei explicar-lhe que eu era o comandante dos navios de guerra franceses surtos na Bahia e que muito se arrependeria se algo de grave acontecesse a um dos homens da minha comitiva. Não pude terminar os meus esclarecimentos; um grupo sobreexcitado agarrou-me e arrastou-me a um cômodo onde parecia quere-

rem fuzilar-me. Efetivamente, cinco ou seis negros postados à minha frente, carregavam, apressadamente, as suas armas. A minha situação não era nada invejável. Quem conhece os negros sabe do que são capazes sob o domínio do paroxismo de excitação com que se contagiam quando ébrios, ou dominados pela raiva ou pelo medo. Touchard, que dois ou três homens seguravam a poucos passos de distância, num esforço desesperado conseguiu finalmente desvencilhar-se e veio agarrar-se a mim. Seguiu-se nova luta e com ela a delonga que permitiu ao homem do lenço investir à frente de alguns mulatos mais cordatos. Ele havia compreendido que o incidente poderia ser-lhe desastroso. Fomos tomados e retomados várias vezes até que, finalmente, o homem do lenço conseguiu restabelecer a sua autoridade, dando lugar a entendimentos. Ao que pude entender, na véspera, o lugarejo havia assistido a eleições muito agitadas. (Benditas as eleições em todos os lugares e em todos os países!). A população local, ainda exaltada, ouvindo o nosso tiroteio, fora tomada de pânico que atingiu o seu auge quando sete ou oito homens brancos, com indumentárias estranhas penetraram na aldeia de armas em punho. Todos haviam fugido para a mata, mas ao certificarem-se do número reduzido dos forasteiros, o medo não tardou a transmudar-se em coragem e, armados às pressas, os homens correram no encalço do inimigo! Depois de ficar tudo esclarecido fomos postos em liberdade com as devidas desculpas, que não mitigaram, porém, as pancadas recebidas, sobretudo pelo tenente Penhoat, mais morto do que vivo.

De volta ao nosso barco encontramos o maquinista inglês completamente embriagado. Ao saber do acontecimento precipitou-se à casa de máquinas, e dali voltou com uma pistola enorme que devia datar do tempo de Cromwell e não foi sem dificuldade que o dissuadimos do desvairado intento de, sozinho, ir vingar-se dos *damned Niggers!*⁹

Zarpavam da Bahia, os dois navios franceses, tomando o rumo da ilha de Santa Helena, a 14 de setembro. Havia ali permanecido durante quinze dias e iriam chegar àquela ilha, a 8 de outubro; dela tendo partido para a França, já conduzindo a fragata *La Belle Poule*, o esquife com os restos mortais de Napoleão, a 18 de outubro, em rota batida, no rumo de Cherbourg, onde aportaram a 30 de novembro, após quarenta e um dias de viagem.

Antes da sua partida, presenteara, o príncipe de Joinville, amigos baianos por gentilezas deles recebida. Desse modo, ofertou a Egas Moniz Barreto de Aragão um relógio, portando o seu brasão, encontrando-se, atualmente, este valioso objeto, na posse e propriedade de um dos descendentes desse seu amigo baiano, o Dr. José Góes de Araújo; como, do mesmo modo, presenteou o Príncipe, ao coronel Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, o autor das *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, com uma mesa de tartaruga com pés de prata, que em abril de 1953 ainda pertencia ao Sr. Genésio Matos de Souza, cuja esposa, D. Maria Leite Matos de Souza, a recebera de presente, em 1915, do seu pai, o cel. Cândido de Figueiredo Leite, que, por sua vez, a herdara do seu sogro, o desembargador Manoel Maria do Amaral. (Cf. “Um presente de Príncipe numa residência em Itapagipe” in *A TARDE*, Salvador, edição de 11 de abril de 1953 // Alberto Silva. “O presente do Príncipe de Joinville (Continuação)” in *A Tarde*, 28 de março de 1953).

OS PERSONAGENS DESTE REGISTRO

São mencionados neste registro alguns personagens, com maior ou menor importância. Surge, em primeiro lugar, o príncipe de Joinville, do qual nos traçou uma curta nota biográfica, Frederico Edelweiss, em seu trabalho aqui referido. A seguir, do lado dos visitantes, aparecem seus companheiros de viagem, entre os quais alguns tripu-

lantes dos navios de guerra franceses. Ali estão os nomes dos generais Bertrand e Gourgaud, do barão de Las Cases, do conde Philippe de Rohan-Chabot; ao lado dos de Touchard e Penhoat, o primeiro, oficial de bordo, o segundo, mero tripulante do *La Belle Poule*, que se envolveram, por sinal, no incidente ocorrido talvez em Mataripe.

Do outro lado, o dos locais, surgem os nomes do presidente da Província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, que governou a Bahia de 28 de abril de 1838 a 15 de outubro de 1840, e o do “sr. Moniz”, que presumimos ser o de Egas Moniz Barreto de Aragão, o futuro barão Moniz de Aragão, proprietário do engenho Mataripe; e, sem que seja nomeado, o do Arcebispo da Bahia, provavelmente D. Romualdo Antônio de Seixas, ou alguém que o teria representado no jantar oferecido pelo príncipe de Joinville, a bordo do *La Belle Poule*, às autoridades locais.

OS REGISTROS DA VIAGEM DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE

Acreditamos haver sido feito por Aristides Milton, o primeiro registro de um historiador baiano a respeito da viagem feita à Bahia pelo príncipe de Joinville e sobre a sua estada na então Província. Em trabalho publicado em vários números da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, entre os anos de 1898 e 1900, em seus números 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26 e 27, sob o título *Efemérides Cachoeiranas*, assinalou-o, precisamente no número 24, correspondente ao mês de junho de 1900, informando contudo erroneamente, a respeito do trajeto da fragata *La Belle Poule* e da corveta *La Favourite*, terem elas zarpado da Bahia, de volta à França, a 14 de setembro de 1840, já conduzindo uma delas o esquife encerrando os despojos de Napoleão, recolhidos na ilha de Santa Helena. Quanto ao incidente ocorrido talvez em Mataripe, no Recôncavo baiano, e não nas imediações de

Cachoeira, ele o mencionou, baseando-se, a fim de confirmá-lo, em parte do livro de memórias que fora recentemente publicado pelo príncipe de Joinville – *Vieux Souvenirs*, sem fazer contudo qualquer alusão a Mataripe, não constando portanto daquele texto qualquer referência a este topônimo baiano.¹⁰

Veio a seguir, em ordem cronológica, repetindo, quase na íntegra, o feito por José Álvares do Amaral, em seu “Resumo Chronologico e Noticioso da Provincia da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500”, publicado no n. 47 (1921-1922) da *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, assinalado por nota informando haver sido o trabalho – “Revisto e consideravelmente anotado por J. Teixeira Barros, sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”. Nele foi reproduzido o mesmo erro cometido por Aristides Milton – o referente ao trajeto dos navios *La Belle Poule* e *La Favourite*.¹¹

Chegou, depois, a vez de Donatello Grieco, ao publicar seu *Napoleão e o Brasil*, no Rio de Janeiro, em 1939, pela Biblioteca do Exército. Nele, no capítulo intitulado “A fragata Belle Poule na Bahia”, deu-nos informações preciosas a respeito do assunto, sem que nos fornecesse a indicação completa de onde as obteve. É nele que aparece, pela primeira vez, a referência ao topônimo Mataripe, localizando esse povoado nas imediações de Cachoeira, às margens do rio Paraguaçu. Ali é também reproduzido um caloroso diálogo que teria sido travado entre o príncipe de Joinville e o Juiz de Paz de Mataripe, por ele copiado do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em sua edição de 19 de setembro de 1840, onde fora publicado como matéria enviada da Bahia pelo correspondente daquele jornal. Em seu livro, contudo, não repete o autor o erro cometido sucessivamente por Aristides Milton, José Álvares do Amaral e J. Teixeira Barros, quanto ao trajeto dos navios franceses. Dele consta, portanto, terem eles zarpado da Bahia, no rumo da ilha de Santa Helena, a 14 de setembro, como de fato ocorreu.¹²

Em 1949, Arnold Wildberger, em *Os Presidentes da Província da Bahia* (1824-1889), repetiu tais registros, fazendo questão de retificar os erros antes cometidos referentes ao trajeto dos navios fran-

ceses. Por haver lido, contudo, o livro de Donatello Grieco, ao descrever, mesmo sumariamente, o incidente ocorrido com o príncipe de Joinville, em terras da Bahia, mencionou Mataripe como o local onde teria ele ocorrido informando porém, de modo estranho, encontrar-se esse povoado “perto de Cachoeira”¹³.

Finalmente, o sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Washington Perry de Almeida, em conferência realizada a 13 de agosto de 1969 naquele Instituto, publicada a seguir na sua *Revista*, em seu número 292, julho-setembro de 1971, sob o título “O Príncipe de Joinville”, nela limitou-se a reproduzir, quase na íntegra, o texto devidamente traduzido constante de *Vieux Souvenirs*, do Príncipe de Joinville.¹⁴

Acrescentamos então a tais registros uma informação pessoal obtida de um descendente de Egas Moniz Barreto de Aragão, o Dr. José Góes de Araújo, que me deu ciência, baseado em uma recordação de família, que esse seu bisavô, que outro não seria senão o “sr. Moniz” referido por Donatello Grieco, que se encontrava, na ocasião do incidente, no engenho Mataripe, de sua propriedade, em companhia de sua esposa, de origem alemã – Dona Maria Luiza Gabe de Massorelos Moniz de Aragão, quando lhe vieram chamar às pressas, para dar conhecimento de que algo grave estava acontecendo com alguns estrangeiros nas proximidades da sua casa; e que ele de lá saíra imediatamente, a cavalo, a todo galope, a fim de socorrê-los. Devendo-se, quando da apreciação crítica desta informação, registrar pertencerem tanto o engenho Mataripe como o Vitória, este localizado às margens do rio Paraguaçu, nas proximidades de Cachoeira, a uma mesma família – a dos Moniz Barreto de Aragão; e ainda, o fato de somente em 1894, haver escrito e publicado o príncipe de Joinville, *Vieux Souvenirs*, 54 anos, portanto, depois do que lhe acontecera na Bahia, o que bem poderia tê-lo feito recordar como tendo ele se passado às margens do rio Paraguaçu, nas proximidades de Cachoeira, o ocorrido de fato em Mataripe, onde existia, tal como na narrativa do príncipe de Joinville, uma grande igreja – a de Santo Antônio de Mataripe, cuja fotografia

nos é apresentada, em estado de ruínas, no ano de 1924, por Pedro Calmon, encontrando-se hoje, contudo, restaurada, havendo sido reinaugurada em janeiro de 1961.¹⁵

TEXTOS COMPLEMENTARES

A

O PRÍNCIPE DE JOINVILLE

“EM 14 de agosto de 1818 nasceu, em Neuilly-do-Sena, o terceiro filho do futuro rei da França, Luís Felipe, e a ele foi dado o nome de Francisco Fernando Felipe Luís Maria de Orleans, príncipe de Joinville.

Por uma série de circunstâncias, esse rebento real viria a ligar o seu nome não só ao Brasil e à família imperial, mas também à Bahia. Como isso aconteceu, vamos ver nos pequenos extratos que compilamos, principalmente do seu livro *Vieux Souvenirs*.

O príncipe de Joinville escolheu, por inclinação própria, a carreira naval, onde chegou ao posto de Contra-almirante. Na qualidade de oficial e comandante de navio de guerra, fez viagens frequentes a diversas regiões do mundo. Delas interessam-nos aqui as três que o trouxeram à América do Sul.

Ao Brasil veio, pela primeira vez, em 1837, à idade rósea de 19 anos, como tenente do “Hercules”. Aproveitou a demora do navio no Rio para fazer longa excursão em lombo de mula, através dos “esplendores e da monotonia” da mata virgem até Minas Gerais, onde visitou a mina de ouro do Gongo-Soco, já então explorada pelos ingleses, sob a direção de mineiros de Cornualha, tendo 400 escravos a seu serviço.

Segundo Joinville, a Companhia inglesa auferia ali lucros enormes dos filões de manganês aurífero, de onde o próprio Joinville tirou algumas pepitas da grossura do seu dedo mínimo. Ainda em Minas, experimentou o jogo do laço em sua visita às fazendas de gado, onde pôde admirar a destreza dos campeiros.

De volta ao Rio de Janeiro, deu à família imperial e à sociedade carioca uma recepção a bordo do seu navio, onde soltou, estouvadamente, no salão de baile, um leãozinho que lhe haviam dado no Senegal.

Em 1840, em Paris, ainda febril de violento ataque de sarampo, Joinville recebe a surpreendente visita formalística de seu pai, acompanhado por De Remusat, ministro do Interior. Mais inesperadas ainda foram as ordens que deles recebeu: – ‘Joinville’, disse-lhe o pai, o rei Luís Felipe, ‘tu partirás à ilha de Santa Helena e dali trarás o esquife de Napoleão’.

Restabelecido da febre e ultimados os necessários preparativos, Joinville retomou, pois, o comando da fragata *Belle Poule*, e de Toulon partiu, em demanda de Santa Helena. Tocou em Cádiz. Em Tenerife escalou o Pico e depois, para ganhar tempo, já que a volta à França estava marcada para dezembro, decidiu mudar de rota, tocando na Bahia, ao invés de visitar a Cidade do Cabo. É por esse encadeamento de circunstâncias que os nossos anais se enriqueceram de mais um episódio pitoresco”.

Frederico Edelweiss

(*O príncipe de Joinville e o Brasil*. Bahia: Centro de Estudos Baianos. Universidade Federal da Bahia. Publicação n. 4, 1951).

B

UM DEPOIMENTO PESSOAL

O DR. José Góes de Araújo, bisneto de Egas Moniz Barreto de Aragão, forneceu-nos, por escrito, o seguinte depoimento:

“Mais de 100 anos depois do incidente com o príncipe de Joinville e seus companheiros de caça, descendentes de Egas Moniz Barreto de Aragão e Maria Luíza Gabe de Massarelos Moniz de Aragão, contavam que ele acontecera perto de Mataripe e do então povoado de Candeias.

O barão de Las Cases (Emmanuel Pons Dieudonné), que o acompanhava na fragata *La Belle Poule*, fora preceptor de Maria Luíza, quando ela saiu de sua cidade natal – Hamburgo, na Alemanha, para ir estudar em Paris.

Possuía, àquele tempo, a família Moniz de Aragão, os engenhos Mataripe (o mais luxuoso), o Vitória, no rio Paraguaçu, próximo a Cachoeira, Cassarangongo e Cinco Rios, no entorno de Mataripe.

Egas Moniz e sua esposa moravam em Salvador, no solar cujo endereço era São Pedro, n. 36, posteriormente Avenida Sete de Setembro, n. 64, mas durante o período da safra, habitavam o engenho Vitória, no rio Paraguaçu, por ser menos luxuoso que o de Mataripe e

também pela comodidade provinda da existência de um tráfego regular de navios e muitos barcos a vela, ligando-o a Salvador.

Ao aportarem à Bahia, procurou o barão de Las Cases, sua pupila Maria Luíza e o seu marido, Egas Moniz, havendo sido, tanto ele como o príncipe de Joinville, por eles muito bem recebidos.

A versão do incidente, conforme é lembrado pelos seus descendentes, difere daquela que o príncipe de Joinville registrou, 54 anos depois do acontecido, desde que relatavam haverem ele e seus companheiros de caça subido o rio Mataripe para caçar nas terras de suas redondezas. Este rio era navegável ao longo de um bom trecho e as matas que o margeavam, chamadas de matas de Quibaca, ocupavam uma área que quase alcançava as terras do engenho Cinco Rios.

Acrescentam que subiram o rio numa lancha alugada.

Era ele um rio deserto, como o descreve o príncipe de Joinville, no qual não viram viva alma, bem diferente portanto do rio de Cachoeira, o Paraguaçu, muito movimentado e com várias vilas e povoados às suas margens. Convindo lembrar que a primeira linha a vapor, abaixo da linha do equador, fora inaugurada em 4 de outubro de 1819, sendo atendida pelo navio “Paraguaçu”, de propriedade do futuro marquês de Barbacena. Pelo que, dezenas de embarcações a vela por ele trafegavam com mercadorias e passageiros, pois existiam no baixo Paraguaçu uma dezena ou mais de engenhos, olarias, casas de farinha, pedreiras, fazendas de fumo e cana, e muitas hortas; sendo, além disso, as vilas de Cachoeira e São Félix consideradas as portas de entrada para o sertão.

Voltando ao incidente, lembremos que, segundo a narrativa do príncipe de Joinville, depois de haverem encontrado deserto um povoado, que suponho ter sido o de Candeias, ali, segundo o relato dos meus ascendentes, teriam sido cercados, aprisionados, e salvos, a se-guir, por Egas Moniz Barreto de Aragão, que havia saído à sua procura, preocupado com o adiantado da hora.

Egas Moniz Barreto de Aragão era, então, jovem e casado havia cerca de um ano. Após sua intervenção, passado o susto dos

visitantes e cuidados os feridos, teriam eles retornado a Salvador, naquele mesmo dia.

Em resultado, antes de as fragatas francesas terem deixado a Bahia, recebeu ele um cartão (infelizmente perdido), acompanhado de um relógio, cuja fotografia anexo a este depoimento, que lhe era então ofertado, em agradecimento pelo tratamento que a sua família lhe havia dispensado e à sua comitiva.

O Príncipe de Joinville, segundo tal lembrança, esteve hospedado no engenho Mataripe, onde seus companheiros de caçada haviam ido buscá-lo para a aventura cheia de percalços.

Conheço mais duas versões do incidente, sem que possa afirmar qual seria a verdadeira – uma delas relacionando-a com a região de Cachoeira, outra com a do Morro de São Paulo. Devendo lembrar que uma viagem de lancha a vapor, subindo o rio Paraguaçu, de Salvador até Cachoeira, levaria, na época, ao menos 8 horas, e o fato de não ser o rio facilmente navegável, com maré baixa, entre Cachoeira e o fim do lagoamar do Iguape, à altura da ilha dos Franceses. Bem como o de constar do texto escrito pelo Príncipe de Joinville, em seu *Vieux Souvenirs*, haver se passado o incidente, sob a luz da lua, talvez uma lua cheia, no final da tarde, quando a maré já estaria vazando, embora ainda estivesse cobrindo, em parte, as margens do rio. Após aquela hora não poderiam descer o rio, pois ficariam encalhados em alguma das várias coroas nele existentes; e que, em contrapartida, o acesso ao engenho Mataripe, além de ser mais rápido, a partir de Salvador, seria mais fácil. De qualquer modo, a dúvida persiste, à espera de novas pesquisas a respeito do fato”.

José Góes de Araújo

C

RECORTES DE JORNAIS

DE três edições do jornal baiano *A Tarde*, no ano de 1953, as dos dias 12 e 19 de março e 11 de abril, constaram artigos e notícia referentes à estada do Príncipe de Joinville na Bahia, em agosto de 1840. Os dois artigos são de autoria do saudoso historiador Alberto Silva, e surgiram sob o título “O presente do Príncipe de Joinville”. Segue a sua transcrição, integral a do primeiro deles, em parte a do segundo, bem como o resumo da referida notícia:

“O PRESENTE DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE”

“Vinte oito de agosto de 1840.

Pelas 7 horas da manhã surge em nossa barra uma garbosa fragata estrangeira, *La Belle Poule*, a cujo bordo viaja um legítimo representante da realeza de França, Sua Alteza, o Príncipe de Joinville. No dia seguinte, após as saudações de estilo, efetua-se o desembarque do

Príncipe orleânico, sendo recebido, na ocasião, pelo Presidente da Província, Tomás Garcia de Almeida, que logo o convida e aos oficiais de sua comitiva para assistirem as grandes festas comemorativas da maioria do Sr. D. Pedro II, futuro cunhado do ilustre hóspede. Ora, durante a sua curta estada em nosso porto, recebe o Príncipe francês várias homenagens da sociedade baiana, cujas famílias principais, sobretudo as dos Menezes, dos Bulhões, dos Bandeiras e dos Ribeiros lhe dispensaram ‘um gracioso acolhimento’. Por sua vez, o Príncipe de Joinville franqueia a todos a sua fragata, cuja curiosidade maior residia, precisamente, na capela ardente, já cheia de curiosidades, que iria receber, dias depois, em Santa Helena, os restos mortais de Napoleão Bonaparte.

Conta-se, então, que nessa conjuntura, o Cel. Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, Tenente-Coronel Comandante do 5.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional desta Província, foi também visitar o Príncipe francês e correr, evidentemente, a sua *Belle Poule*. Palestrando, porém, com o Príncipe de Joinville em seu camarote, a quem ofereceu, nessa ocasião, os quatro volumes já publicados do seu livro *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, elogiou Inácio Acioli uma mesa de tartaruga de pés de prata, onde descansavam alguns mapas geográficos.

‘Linda jóia!’, exclamou então, Inácio Acioli, ao que respondeu o Príncipe, sorrindo, num gesto de agradecimento: “*C’est vrai!*”. Depois realiza Inácio Acioli minuciosa visita às dependências da fragata francesa, volta novamente ao camarote do Príncipe de Joinville, elogia o asseio, a ordem e a disciplina existentes na *Belle Poule*, despedindo-se finalmente de S.A. que manda um dos seus oficiais acompanhá-lo até o portaló da nave, cujas escadas ele desceu tomando um escaler tripulado por oito marujos franceses que o levaram até o porto.

Antes, porém, de desembarcar, teve Inácio de Acioli uma agradável surpresa, a bordo ainda do escaler que o trouxera da fragata *Belle Poule*. Entregou-lhe, num momento, certo oficial francês, um cartão do Príncipe de Joinville, oferecendo-lhe a mesa de tartaruga que momentos antes tanto elogiara.

Fidalguia francesa!

Profundamente emocionado com semelhante gesto, de todo inesperado, do Príncipe de Joinville, Inácio Acioli não se conteve e deu um “Viva a França!”, logo correspondido pelos marujos do escaler com um “Viva o Brasil!”

Adianta-se que este cartão do Príncipe de Joinville se encontra até hoje, acompanhado de alguns esclarecimentos sobre o valioso presente, no Instituto Histórico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Verdade?

E a mesa?

Inácio Acioli ofereceu-a depois a um seu amigo particular: o Conselheiro Antônio Joaquim Alves do Amaral, então proprietário da Fazenda S. João da Campina Grande, em Brotas. Desta sorte passou a mesa de tartaruga de pés de prata a pertencer, agora de fato e de direito, ao mencionado Conselheiro Antônio Joaquim Alves do Amaral. Ao chegar de Recife, tempos depois, recém-formado em Direito, o seu filho Manoel Maria Alves do Amaral, ofereceu-lhe o Conselheiro a mesa histórica, para ele escrever suas sentenças jurídicas.

Ausentando-se desta Capital para exercer a Magistratura em comarca do Interior, o jovem bacharel Manoel Maria levou consigo a referida mesa, onde costumava escrever as suas razões nos autos que lhe vinham a julgamento. Nomeado, porém, tempos rodados, desembargador em Cuiabá, no Mato Grosso, Manoel Maria de Amaral não levou a lembrança do seu saudoso pai, ofertando-a, aqui, a um seu sobrinho e genro que presentemente a possui.

Conclusão: tudo o que aqui escrevo, colhido apenas na tradição oral, perde, de pronto, qualquer valor histórico, por falta de documentação idônea. Logo, perguntar-se-á por que então relatamos este episódio, se todo ele está banhado de muita fantasia, de muita lenda, de muita conjectura? Com o intento louvável de respondermos, de encontrar alguém, aqui ou alhures, que me possa esclarecer, a termo de contas, a veracidade ou a falsidade do que relatamos.

Sim, há de existir alguém, esperamos, que possa, afinal, trazer a sua valiosa contribuição a este despretensioso relato. Mesmo porque, recordando Gilbert e Sullivan:

*If everybody's somebody
Nobody's anybody! "*

Já no artigo publicado, com idêntico título, no mesmo jornal, a 19 de março daquele mesmo ano, acrescentou o historiador, após repetir o último parágrafo do seu artigo anterior:

“No dia 13 de setembro de 1904, já lá se vão 29 anos, o Sr. Max Fleuiss, então secretário do Instituto Histórico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, escreveu ao Secretário do nosso Instituto Histórico, na época, Bernardino de Sousa, uma carta em que lhe fazia o seguinte pedido: ‘(...) e mais será ainda a minha gratidão se se interessar para que o Museu deste Instituto venha a ter uma mesa de tartaruga com pés de prata, oferecida pelo Príncipe de Joinville à família Acioli...’.

Recebida esta carta e lido o meu pedido, Bernardino de Sousa pôs-me logo a procurar o paradeiro do móvel histórico que tanto interesse despertou no espírito do ilustre Secretário do Instituto Histórico Brasileiro. E poucos dias depois era identificado o feliz possuidor da linda mesa da *Belle Poule*, o Coronel Cândido de Figueiredo Leite, figura muito relacionada em nossa capital. Corridas duas semanas, Bernardino de Sousa responde a Max Fleuiss dando conta da sua encarregada missão, revelando a existência da mesa requerida, cujo dono, entretanto, não se dispôs a permitir a sua remessa pela minguada oferta proposta. Em nova carta de 11 de outubro do ano citado, Max Fleuiss agradeceu a Bernardino de Sousa o interesse tomado pelo seu pedido, lastimando a decisão do seu proprietário de conservar a mesa oitocentista. Desde então, a não ser uma certa notícia deste vespertino, de 9 de junho de 1925, nunca mais, ao que nos parece, se falou no assunto.

No entanto, o precioso móvel persistiu em não querer deixar esta cidade onde chegou a bordo da capitânea do Príncipe orleânico”.

Passou, então, a contar por quantas mãos andara a mesa referida:

“Em 1907, ausentando-se desta Capital para Cuiabá, o desembargador Manoel Maria do Amaral, ofertou à filha, a mesa valiosa, em que ele assinou, também, ali por 1895, o seu contrato nupcial, passando ela, desse modo, a pertencer ao Coronel Cândido de Figueiredo Leite, genro do aludido magistrado.

Falecendo Cândido Figueiredo Leite, um seu filho, vivo ainda, e residente nesta cidade, ficou de posse do móvel precioso que o conserva, até hoje, com todo zelo, ornamentando, mesmo afidalgando a sua sala de visita, onde fomos conhecê-la.

Bela peça: muita obra de arte e sobretudo muito passado ilustre que lhe dobra assim o valor intrínseco. De conformação ovalar, com tripé e lastro inteiramente de tartaruga, mede 131 centímetros de comprimento por 110 de largura e 83 de altura.

Observando-a, demoradamente, mergulhado neste prazer íntimo que nos concede o triunfo de qualquer empreendimento realizado, recordando, de relance, a figura galante e fidalga do seu talvez primeiro possuidor, o Príncipe de Joinville, recordamos, ainda, a *Belle Poule*, em cujo camarote oficial esta mesa histórica ostentava toda sua beleza, causando profunda admiração a todos que a olhavam prazerosamente. De fato, esta mesa de tartaruga com pés de prata que constitui, até hoje, uma grata doação assinalando a passagem do Príncipe de Joinville por esta cidade, representa uma verdadeira relíquia de que se pode ufanar a nossa Bahia.

Que Deus não permita, pois, que a percamos, um dia, como temos perdido tantíssimas outras”.

Quanto à notícia que figurou na edição de *A Tarde* de 11 de abril de 1953, limitou-se a confirmar o que já havia dito o historiador sobre a mesa, informando, agora, contudo, tanto o nome do seu proprietário, naquela ocasião, como o seu endereço, à rua Léris Piedade, n. 78, no bairro de Itapajipe; e, também, a exibir sua fotografia, através de clichê

simples, muito difícil de ser hoje copiado com resultados visuais satisfatórios.

Cf. Alberto Silva. "O Príncipe de Joinville" in *A TARDE*,
12/19 de março e 11 de abril de 1953

II

A VIAGEM DE RETORNO À FRANÇA DE *LA BELLE POULE*

ASSINALADA que foi a existência dos dois trabalhos acima referidos, de autoria de historiadores brasileiros, tratando de modo especial da viagem do príncipe de Joinville à Bahia, em 1840, acompanhemos o trajeto do *La Belle Poule* e de *La Favourite*, após haverem partido da baía de Todos os Santos, no rumo da ilha de Santa Helena, e dali para a França, segundo o relato do seu comandante.

Partindo a 14 de setembro, diz o próprio príncipe terem ido “muito longe sobre o Atlântico austral, acompanhados por numerosos albatrozes (talvez gaivotas e fragatas, mais comuns que os albatrozes sobre as águas do Atlântico sul)*, antes de encontrar ventos favoráveis”. Falou, a seguir, sobre a sua chegada à ilha de Santa Helena, sem lhe mencionar a data (7 de outubro), assim a descrevendo, vendo-a do mar, à distância, antes do desembarque:

(...) um enorme rochedo negro, uma ilha vulcânica, de relevo irregular, como a Martinica, mas sem sua soberba vegetação,

* Nota do editor

um pedaço da Escócia plantado no meio do Oceano, sempre sob a influência dos ventos alíseos que sobre ela sopram com incessante frequência e a cobrem, permanentemente, com nuvens espessas.

Quanto à sua capital, Jamestown, dela diz não ser senão “um miserável povoado que se alonga sobre um vale estreito, encaixado por tristes rochedos, tendo ao alto uma fortaleza até onde se sobe através de uma escada com seiscentos degraus”. Prossegue, então, na sua narrativa:

A zona rural, a residência do governador – *Plantation House*, o vale onde se encontra o túmulo, o próprio túmulo com seus legendários salgueiros, Longwood, a prisão, tudo é de um mesmo modo, lúgubre, e bem preparado para extinguir, pouco a pouco, o ardor do grande gênio que para ali fora mandado.

Narra, então, os entendimentos iniciais entre ele e o governador de Santa Helena, o general Middlemore, com base nos quais ficou certo que a guarnição inglesa cuidaria da retirada do esquife e do seu transporte sobre as terras da ilha, até a praia, onde o entregariam aos franceses que o tinham vindo buscar. Descreve, logo a seguir, a cerimônia da exumação, havendo tido o cuidado de solicitar ao governador a abertura do esquife para certificar-se de que não estaria a receber somente “despojos imaginários” (*une dépouille imaginaire*).

Retomemos, então, a sua narrativa:

Quando tudo estava pronto, a exumação foi feita e foi imponente. A emoção começou a apoderar-se de todos, quando se viu o esquife, aos passos lentos dos que o carregavam, descer a montanha, escoltado pela infantaria inglesa, com as armas apontadas para baixo, enquanto estrondava um canhão, e uma banda de música tocava, acompanhada pelo toque surdo dos tambores, esta bela marcha fúnebre que os ingleses chamam *The dead*

March in Saul e que não é outra senão o velho canto *Adeste fideles* da religião católica.

Prosseguiu:

O general Middlemore, caindo de cansaço, fez-me a entrega do corpo e do esquife que foi depositado na chalupa do *La Belle Poule*, que se dirigiu para bordo. O momento era extremamente belo. A um magnífico pôr-do-sol se seguiu um crepúsculo de calma profunda. As autoridades e as tropas inglesas permaneceram imóveis, alinhadas sobre a praia, enquanto os canhões dos nossos navios faziam a saudação real.

Eu estava à popa da minha chalupa, sobre a qual se agitava ao vento, um soberbo pavilhão tricolor, que havia sido bordado pelas senhoras de Santa Helena.

Ao meu lado, estavam os generais (Bertrand e Gourgaud), os oficiais superiores, M. Chabot (Conde de Rohan-Chabot) e M. de Las Cases (Emmanuel de Las Cases), enquanto meus melhores gajeiros, vestidos de branco e com crepes nos braços, cabeças descobertas como nós, remavam em silêncio e com uma precisão admirável. Prossequimos, com uma lentidão majestosa, escoltados pelos escaleres dos oficiais do Estado-Maior. Era tudo muito emocionante e pairava sobre aquele cenário um grande sentimento de nacionalidade.

Concluiu afirmando que “dois dias depois (18 de outubro)* partimos, velas cheias, para a França, onde iríamos chegar depois de quarenta e um dias de mar”; ancorando os dois navios, em Cherbourg, a 29 de novembro, onde e quando foi trasladado o esquife com os restos mortais de Napoleão, de *La Belle Poule* para um barco a vapor – *Normandie*, no qual, ainda sob o comando do príncipe de Joinville, subindo o Sena, foi conduzido até Paris.¹ Não sendo excessivo aqui reproduzir as palavras finais do príncipe de Joinville sobre a sua missão:

* Nota do editor

Em Santa-Helena, as cousas se passaram, afinal, entre o exército inglês de um lado e nossas forças navais, do outro, com a seriedade cavaleiresca e a dignidade que acompanham sempre as relações internacionais confiadas aos homens de espada.

Na França, a trasladação dos restos de Napoleão teve um outro caráter. Foi ali, sobretudo, um espetáculo, no qual, como sempre entre nós, muitas pessoas quiseram desempenhar um papel ultrapassado, algumas vezes, ridículo. ²

Em Paris, os restos mortais de Napoleão Bonaparte foram depositados num suntuoso túmulo-memorial sob a cúpula do edifício do *Hôtel des Invalides*, imponente em seu conjunto, que continua, desde então, a ser visitado por milhares de turistas e cidadãos franceses, que continuam a considerá-lo como o grande herói nacional, “o mais suntuoso túmulo-memorial já construído desde a Antiguidade, sob a cúpula do edifício, para a glorificação do *maior soldado que já existiu*”, como a ele se refere o historiador norte-americano Paul Johnson, autor de um recente e impiedoso livro a respeito de Napoleão. Acrescentando, ironicamente, que – “Os jatos de luz lançados teatralmente sobre o catafalco, configuram um dos mais extraordinários cenários visuais apresentados aos turistas que visitam Paris – vulgar, por certo, mas espetacular e inesquecível”³.

TEXTOS COMPLEMENTARES

CARDEAIS BRASILEIROS EM SANTA HELENA

“TERMINADO o jardim de Noverraz, Napoleão mandou fazer outro igual, do lado de oeste, pois gostava em extremo da regularidade. Lá também havia tanques, um dos quais era a velha banheira, forrada de chumbo, que havia servido ao Imperador, nos primeiros tempos. Descendo para a casa de Bertrand, subsistia o antigo parque, em parte formado de gramados, onde se erguiam alguns abetos e alguns salgueiros, e o resto transformado em horta. Napoleão sentia-se satisfeito ao ver brotarem ali feijões e ervilhas. Uma manhã, avistou umas galinhas, que pinicavam ali em redor. Furioso, empunhou um fuzil de caça e matou três. Atirou também numa cabra de Mme. Bertrand, que se tinha aventurado pelos seus canteiros, num leitão, e por fim, num boi da fazenda... O Imperador semeou muitas sementes de hortaliça. Naquele terreno argiloso, elas brotavam mal. Os legumes saíam duros e fibrosos. Somente as couves nasciam firmes. Colheu pêssegos e morangos. Mas a secura e as lagartas acabaram por estragar tudo. Passado o prazer da criação, o Imperador, pouco a pouco, foi esmorecendo o seu zelo. Ajudado pelos pequenos Bertrand, ainda regava. Mas

a maior parte das vezes limitava-se a caminhar pelas aléias cobertas, ou na sua latada. Curvava-se sobre uma planta. Colhia uma flor da Paixão, um amor-perfeito, e a conservava muito tempo na mão, sonhador... Ao abrigo, agora, de olhos estranhos, sentava-se sobre um talude de ervas e contemplava cardeais cor de fogo, trazidos do Brasil, picotarem a terra ou voejarem nos ramos...”

Octave Aubry

(Santa Helena. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, s/d, pp. 290-291).

III

A VISITA DO PRÍNCIPE DE JOINVILLE AO XAXÁ I – FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA (1843)

TRÊS anos depois da sua visita à Bahia, estabeleceria, o príncipe de Joinville, um novo contato com um baiano, desta vez do outro lado do oceano, no golfo da Guiné, nas costas da África Ocidental. Ali visitaria um dos mais extraordinários personagens da história do tráfico de escravos sobre as águas do Atlântico – o suposto baiano Francisco Félix de Souza, portador do título de Xaxá, que lhe dava o privilégio de ser o único comerciante local autorizado a comprar escravos em mãos do rei do Daomé e lhe vender as mercadorias de que necessitasse; e pelo que, segundo as palavras de Frederico Edelweiss, repetindo o que dele dissera o príncipe de Joinville, seria “mais rei de Uidá do que o próprio rei do Daomé”, de quem era o fornecedor de “armas e pólvora para as guerras, e cachaça para as bebedeiras da sua corte”.¹

Quem melhor o estudou, no Brasil ou no estrangeiro, foi, sem dúvida, Pierre Verger, que tanto em seu extraordinário *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*, onde lhe dedicou várias páginas, nele havendo citado o seu nome mais de 30 vezes, como em trabalhos anteriores de sua autoria.

Segundo o grande pesquisador franco-baiano, teria saído Francisco Félix de Souza, da Bahia, em 1800, indo se estabelecer em Badagri, na antiga Costa dos Escravos, no atual Benin, onde florescia, àquela época, uma colônia portuguesa. Dali teria seguido, em data incerta, para Uidá, onde passou a servir como “escrivão do almoxarife e tabelião”, no forte de São João de Ajudá, que era governado pelo seu irmão, Jacinto José de Souza; estando a desempenhar essas funções no ano de 1806, conforme consta de documento localizado por Pierre Verger no Arquivo Público do Estado da Bahia, e de um outro que diz que depois de haver sido o referido forte abandonado pelos portugueses, somente graças tanto ao seu zelo e dedicação, bem como ao do tambor da antiga guarnição, continuara a ser mantido.²

Afirma Pierre Verger, sustentado por riquíssima documentação, que Francisco Félix de Souza viria a tornar-se “o mais famoso e opulento dos negreiros de toda a costa da África até sua morte em 1849, que precedeu em bem pouco a abolição total do tráfico de escravos”³; tendo sido Verger o único historiador no Brasil a fornecer sobre ele informações detalhadas, colhidas tanto em textos de autores estrangeiros que ao mesmo se referiram, como em documentos localizados nos arquivos do Daomé e no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Conseguiu este excepcional pesquisador registrar numerosas referências feitas ao famoso negreiro, ao longo de toda uma literatura de época relacionada com o tráfico de escravos no século XIX, extraídas, em grande parte, de relatórios de comandantes de navios ou de narrativas de viajantes estrangeiros que o mencionaram, quando de sua passagem pelo antigo reino do Daomé, atual República do Benin; e ainda, estabelecer contatos pessoais com contemporâneos dos seus descendentes, dos quais obteve informações preciosas; havendo-as incluído em seu primeiro trabalho sobre as relações entre a Bahia e os reinos negros da África Ocidental – o artigo “Influence du Brésil au golfe de Benin”, integrante do livro *Les Afro-Américains*, publicado em Dacar, em 1953, pelo então ali existente *Institut Français de l’Afrique Noire*, àquele tempo dirigido por Théodore Monod.⁴

Figuram na rica bibliografia que o acompanha, livros e artigos extremamente raros, que somente a persistência de um pesquisador diligente como foi Pierre Verger seria capaz de localizar: – entre eles, os célebres *Travels in Western África*, de John Duncan, publicado em 2 volumes, em 1847; *Dahomey and the Dahomans*, de Frederick Forbes, publicado, igualmente em 2 volumes, em 1851; *A mission to Gelele, king of Dahomey*, também em 2 volumes, de Sir Richard F. Burton, publicação de 1863 e *The Ewe-Speaking Peoples of the Slave Coast of West Africa*, de A. B. Ellis, publicado em 1890; além do livro de memórias do príncipe de Joinville – *Vieux Souvenirs*, publicado em 1894. Devendo aqui realçar-se o fato de já neste seu trabalho haver se referido Pierre Verger a autores brasileiros, dando-lhes o merecido destaque, entre os quais figuraram Nina Rodrigues, com *Os Africanos no Brasil*, citado em sua edição de 1933, talvez o primeiro a referir-se, no Brasil, a Francisco Félix de Souza, mencionando “o grande e prolongado valimento de Félix Souza, o Xaxá de Uidá (Widah) junto ao rei Gezo”; e reproduzindo as informações que sobre ele lhe fornecera A. B. Ellis, no capítulo “History of Dahomey”, integrante do seu livro *Ewe-speaking Peoples of the Slave Coast of West África*, publicado em 1890⁵; João Dornas Filho, com *A escravidão no Brasil*, publicado em 1939; Artur Ramos, com sua *Introdução à Antropologia Brasileira*, de 1943; Luiz Viana Filho, com *O negro na Bahia*, de 1946; bem como dois artigos especiais, hoje pouco lembrados: – “Bahia e as suas relações com o Daomé”, de J. F. d’Almeida Prado, publicado nos *Anais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no Rio de Janeiro, em 1949, incluído, nesse mesmo ano, em seu livro *O Brasil e o colonialismo europeu*, e o artigo “A dinastia dos Xaxás de Souza”, de autoria de Gilberto Freyre, publicado em *O Cruzeiro*, revista semanal noticiosa já desaparecida, no ano de 1951, posteriormente incluído, sob o título – “Acontece que são baianos”, a partir da sua 2.^a edição, em seu livro *Problemas Brasileiros de Antropologia*.

Quanto ao tipo étnico e a naturalidade de Francisco Félix de Souza, há algumas divergências. Nina Rodrigues dele diz ter sido “um

mulato natural do Rio de Janeiro”; apoiando-se, contudo, em Brazile Feris, de quem cita o trabalho *La côte des Esclaves (Archives de Médecine Navale)*, reproduz, então, a sua informação de ter sido um “branco crioulo do Rio de Janeiro”⁶; a maioria, contudo, dos autores que a ele se referem, nela incluindo-se Pierre Verger, prefere admitir ter ele saído da Bahia, onde teria nascido, por volta de 1800, e ser branco. Sendo interessante aqui registrar passagem extraída do livro *Le Pact de Sang*, de Paul Hazoumé (Paris: Institut d` Ethnologie, 1937), reproduzida por Pierre Verger, na qual aquele autor destaca sua condição de branco, num país de população negra, informando que havendo surgido, certa vez, desentendimentos entre Francisco Félix de Souza e Adandozan, rei do Daomé, a respeito da troca de escravos contra mercadorias por ele fornecidas, ordenara esse rei, sua prisão, mantendo-o encarcerado em Abomey, onde “quatro ou cinco vezes em cada lua, era imerso em um grande tacho de índigo, a fim de que não pudesse prevalecer-se da brancura de sua pele”; bem como o depoimento, também reproduzido por Pierre Verger, de M. Dawson, um dos primeiros pastores protestantes fixados em Uidá, de que, quando da morte de Francisco Félix de Souza, a 8 de maio de 1849, haver enviado o rei Gezo, aos seus filhos, sete pessoas para que fossem sacrificadas; tendo o filho primogênito do Xaxá, Isidoro Félix de Souza, recusado a oferta, alegando ser o seu pai branco e não serem, por isso, necessárias, cerimônias dessa espécie. ⁷

O mais impressionante depoimento sobre Francisco Félix de Souza, teria sido, contudo, segundo Pierre Verger, o do Sir Henry Huntley, comandante da fragata inglesa *The Tinette*, que andou pelas águas do litoral da África ocidental, entre os anos de 1831 e 1838. Pierre Verger o transcreveu, ao longo de quatro páginas do seu livro, prestando um valioso serviço à historiografia brasileira, tão pouco informada sobre certos assuntos. Dele reproduzimos um pequeno trecho, contendo as preciosas informações que se seguem, referentes à descrição de um jantar a que compareceu aquele comandante, em casa do Xaxá:

O dia passa, uma simples repetição da indolência do precedente, até às quatro horas da tarde, quando a hora do jantar chegou; a mesa é de novo coberta com a mesma desordem luxuosa, os capitães dos vasos negreiros colocam-se em volta nas suas roupas brancas, limpas e frescas, pois se faz muita atenção naquele momento à correção da *toilette*; então aproxima-se um homem de sessenta e cinco a setenta anos, corpulento e pesadamente constituído. Seus grandes olhos negros apenas perderam o primeiro brilho; com um olhar ele reconhece cada um dos que estão em volta da mesa e nota tudo aquilo que se passa, sem o mostrar. Toma seu lugar e convida os capitães reunidos a fazer o mesmo. É De Souza. Sua roupa, em oposição à dos outros assistentes, é um roupão descuidado, com um pequeno barrete de veludo sobre a cabeça, de onde escapam seus longos cabelos, apenas tornados grisalhos; suas roupas de baixo não são cuidadosamente trocadas e suas calças compridas arrastam-se descuidadamente sobre seus chinelos, que usa sem meias; quase nenhuma sílaba escapa da sua boca durante todo o jantar, no qual ele é servido com solicitude por africanos, provavelmente guardas daomeanos. De Souza é muito sóbrio em se tratando de quaisquer maneiras à mesa e fica somente um tempo muito curto, tão indiferente em aparência ao esplendor da exibição de seus pratos de ouro e de prata quanto o é, incontestavelmente, àquele das iguarias delicadas oferecidas aos seus hóspedes.

Acrescentou o comandante inglês, fazendo, a seguir, sua apreciação pessoal sobre o negreiro, que – “De Souza, se podemos julgá-lo pelo que resta dos nobres traços de seu caráter, era digno de uma vida menos infame que aquela que abraçou e perseguiu com ardor e sem reservas”; tentando, depois, justificar a razão de não haver ele conseguido escutar e seguir “a voz dos bons princípios” e preferido manter-se “no meio dos vícios e das intenções”, sem ter tido “a coragem moral de resistir a suas tentações”; e, finalmente, falando de sua prática de vida – o tráfico negreiro, mencionou a razão do “maior

benefício que dela resulta em comparação com os outros comércios, pois é habitual ganhar de quatrocentos a seiscentos por cento sobre um carregamento de escravos”, o que explicava a imensa riqueza que acumulara Francisco Félix de Souza.⁸

Vejamos, agora, como o descreveu o príncipe de Joinville, que o visitou em 1843, tomando-se por base o texto constante do *Vieux Souvenirs*; devendo assinalar-se, no entanto, o fato de os europeus desse tempo possuírem a firme convicção da superioridade dos brancos sobre os negros africanos, o que irá explicar sua expressão de opiniões e seus comentários, hoje inaceitáveis, sobre determinados aspectos culturais dos estados e das populações da África Negra.

Em seu livro de memórias ele informa, inicialmente, sobre Uidá, como a vira, em 1843:

Uidá (Widah) tinha sido e era ainda uma feitoria de escravos muito importante. Em outros tempos, franceses, ingleses e portugueses ali possuíram três fortes sucessivamente abandonados.

Feitorias portuguesas, espanholas, brasileiras acabaram por tornar-se únicas na posse e controle do comércio do país. Elas vendiam ao rei do Daomé mercadorias vindas da Europa e recebiam, em troca, escravos que exportavam, em tempos passados, em enorme quantidade (principalmente para o Brasil).

Daí provinha uma fonte de grandes riquezas. Hoje, contudo, aos cruzeiros ingleses, não lhes escapa senão um em cada dez navios negreiros. Existe um excesso de escravos em poder do rei do Daomé, que deles se livra massacrando-os em sacrifícios humanos, em festivais fetichistas.

Acrescentou:

Logo depois da minha chegada, recebi a visita do *avogal*, governador de Uidá (Widah) em nome do rei do Daomé, um negro enorme, de boa aparência, com o qual não tive senão uma con-

versa banal. Estava acompanhado de dois outros negros com rostos inteligentes e olhos perspicazes, que se sentaram, sem dizer qualquer palavra, ao seu lado, e se retiraram, depois, do mesmo modo silencioso. ‘São os censores’ me disse M. Provençal.’ Cada funcionário do Rei anda sempre acompanhado desse jeito, para que seja registrado tudo o que faz ou diz. E quando o Rei não está satisfeito com sua conduta, manda-lhe cortar a cabeça’.

Comentou, então, que se tal costume persistisse, haveria, por certo, cada vez mais, menos ministeriáveis. Disse, então, sobre o Rei, ser “um soberano, à moda antiga”, que, inclusive, conservara “o direito de Senhor”; explicando que quando qualquer dos seus súditos queria se casar, deveria lhe apresentar a mulher escolhida para que ele a apreciasse; e que no caso de essa prova lhe ter sido agradável, ele ficaria com ela. Mais ainda: – “Sua autoridade é sem limites, mas por mais poderoso que seja, somente com muito esforço transformará seus súditos, de caçadores de escravos em fabricantes de óleo vegetal”, referindo-se aí, sem o mencionar, de forma expressa, ao óleo de palma, o nosso conhecido óleo de dendê, o *palm-oil* dos ingleses, pelo qual estavam muito interessados, na ocasião, os franceses.

Prosseguiu, em sua narrativa:

Depois da visita do *avogal* eu iria ter a oportunidade de conhecer um curioso personagem, mais rei em Uidá (Widah) que o próprio rei do Daomé, que não pode passar sem ele, desde que é o seu fornecedor de fuzis, de pólvora, para fazer a guerra, e da aguardente para embriagar as amazonas. É um brasileiro que se chama Dom Francisco de Souza, mais conhecido por todos, como o Xaxá, morador em Uidá (Widah) há 43 anos, e um veterano negreiro, a quem os ingleses já tomaram 34 navios, dois deles recentemente. Pequeno ancião de olhar muito vivo e de rosto expressivo, ele possui, segundo se diz, dois mil escravos em seus barracões, e é pai de oitenta filhos machos, sem que se contem

as filhas. Todos os seus filhos são educados convenientemente: – eu os vejo passearem por todos os cantos, sempre vestidos de branco e com as cabeças cobertas por chapéus panamás. São, em geral, bonitos mulatos.

Explicou, a seguir, que, havendo se tornado, naquele dia, a barra, impraticável, lhe seria impossível retornar a bordo; pelo que ficou combinado dever ir jantar em casa do Xaxá e dormir no forte francês, onde ficaria instalado no antigo alojamento do governador, dividindo-o com M. Provençal. Disse, então, que isto lhe rendeu uma boa aventura, que passou a contar :

Eu tinha sido cumprimentado, pela manhã, por um velho negro que fizera parte, em outros tempos, da guarnição do forte, quando fora M. Dagneau, seu comandante, em nome do rei da França; e como lembrança eu lhe tinha dado, para ele e os seus, um garrafão de aguardente em torno da qual eles começaram logo a dançar antes de levá-lo, com muito entusiasmo. Ora, este entusiasmo aumentou na medida em que o conteúdo do garrafão foi diminuindo, e já pela tardinha o pátio do forte fora invadido por uma multidão de daomeanos, e por um grande ruído de tan-tans e exclamações barulhentas de mulheres, todos eles precedidos por uma espécie de corpo de baile de jovens negras que se contorciam de todas as maneiras.

À sua frente, vinha o velho porteiro do forte, muito excitado, que cantava, em mau francês, uma canção improvisada que dizia assim: *Croire anglais tués tous français. – Voir français, trouver père. – Contents, tous contents! – Envoie commandant à nous, – Pitit Roi. – Contents, tous contents! – Tous femmes, tous filles à toi, tous contents!*. Enquanto as meninas simulavam sorrisos e se contorciam, com muita graça, em meio a um *fortíssimo* de tan-tans.

À noite, jantei em casa do Xaxá, em mesa servida por baixela de prata, com candelabros e castiçais de igrejas iluminando a sala,

e com brindes sucessivos ao Rei, à Rainha e à prosperidade da França, cada um deles acompanhado por salvas de vinte-e-um tiros de canhão, pois a feitoria do Xaxá e seu harém, onde havia, segundo se conta, mil mulheres, era uma verdadeira praça de guerra, equipada com canhões, tendo a laguna como sua defesa natural.

Este jantar foi assistido pela maior parte dos filhos do Xaxá e por vários capitães de navios negreiros, sempre dispostos a contar suas aventuras. O Xaxá me presenteou, nessa ocasião, com uma caixa de charutos de Havana, de um tipo especial, que nunca havia sido fumado nem pelo rei de todas as Espanhas (*pour le roi de toutes les Espagnes.*). Eu a passei a Larrieu e no dia seguinte retornei a bordo, não sem antes haver tido alguns outros encontros.

Um deles foi com as tripulações desembarcadas dos negreiros capturados na semana anterior, cerca de 50 homens de todas as nações, com aparência insolente, que me detiveram para pedir, com arrogância, para repatriá-los, conduzindo-os, ao menos até um porto onde pudessem encontrar outro emprego, pedido que considere impossível de ser atendido.

O segundo encontro foi mais penoso. Uma verdadeira multidão de escravos aleijados ou doentes havia fugido dos barracões; e eles se jogaram aos meus pés, agarrando-se às minhas roupas, pedindo, entre súplicas e gemidos, que eu os comprasse. Esses desgraçados, sem valor algum de mercado, aborreciam o Rei por ter de sustentá-los; e estavam esperando o momento de ser levados para Abomey, onde iriam ser sacrificados. Foi tudo isso, lamentável.

Depois de Uidá (Widah) nossa viagem mudou de aspecto: – penetramos na parte da costa chamada *The Bights* (as baías) composta pelos golfos de Benin e de Biafra, entre os quais avança muito, mar a dentro, o imenso delta do Niger.”⁹

Quando da sua morte, ocorrida a 8 de maio de 1849, ao menos três dos seus filhos eram considerados, no Daomé, como “ricos e

comerciantes de escravos”. Eram eles, Isidoro, o mais velho, Ignácio e Antônio.¹⁰ Foi, nessa ocasião, Francisco Félix de Souza sucedido, em seu título de Xaxá, pelo seu filho Isidoro Félix de Souza, que se tornou o Xaxá II, mas não conseguiu herdar toda a fortuna do pai, desde que o rei Gezo, do Daomé, sob a alegação de haver sido o maior amigo e parceiro do negreiro falecido, decidiu ficar com três quartas partes de tudo que ele deixara, aconselhando aos seus herdeiros não ousarem contrariá-lo.

Foi Isidoro, segundo informou Pierre Verger, com base em informação colhida no Daomé, enviado à Bahia quando tinha oito anos, e somente retornou ao Daomé, em 1835, já com 25, havendo se fixado, então, em Petit Popo (a moderna Anecho), onde instalou uma pequena oficina de ferreiro, que abandonou mais tarde, para envolver-se no tráfico negreiro, mantendo boas relações com o mercado brasileiro. Com a morte do pai, seguiu para Uidá, onde continuou, mesmo sem a sua fortuna, a merecer de todos, o maior respeito.¹¹

Sobre ele, selecionou Pierre Verger, em seu artigo – “*Influence du Brésil au golfe de Benin*”, entre muitos outros, três importantes depoimentos: – o de John Duncan, que com ele esteve em 1845, quando ainda vivia o seu pai, e descreveu a visita que lhe fizera, em seu livro *Travels in Western Africa*, publicado em 1847, e o de Frederick E. Forbes, que esteve no Daomé nos anos de 1849/1850, e o mencionou, várias vezes, em seu livro *Dahomey and the Dabomans*, publicado em 1851, e o de M. Guillevin, autor do livro *Voyage dans l’interieur du royaume du Dahomey*, publicado em 1862. Através deles ficamos conhecendo quase tudo o que se conhece a seu respeito, inclusive a situação em que se encontrava após a morte de seu pai, Francisco Félix de Souza, o Xaxá I, conforme se reproduz:¹²

John Duncan nos contou que a 15 de março de 1845 visitou numa pequena ilha situada no lado oposto da laguna de Popo, um grande estabelecimento de venda de escravos pertencente a Isidoro Félix de Souza, sendo por ele recebido em sua casa de residência, num “grande salão, de estilo espanhol, admiravelmente decorado e ricamente mobiliado com móveis e objetos provindos da Europa”. Disse, ainda,

que em suas paredes estavam penduradas, em ricas molduras douradas, gravuras representando Napoleão no curso de suas principais batalhas ou no seu exílio na ilha de Santa Helena e também mostrando o seu segundo enterro, na França. De Isidoro, afirmou ter sido por ele cordialmente recebido e ser ele um homem alto e forte, com uma fisionomia afável e agradáveis maneiras; acrescentando ser “bom e generoso com seus escravos domésticos que ali vivem à vontade sem que façam cousa alguma”.

Frederick Forbes, que o conheceu após a morte do pai, em maio de 1850, e o visitou na casa que lhe pertencera e onde passara a residir, disse que ele não ia bem no que se referia à sua situação econômica, tendo grandes dificuldades para pagar as dívidas por seu pai deixadas. Descreveu a sua residência, com evidente má vontade, considerando-a grande, porém mal construída, e sem ter uma feição particular, desde que – “nada pode ser próprio da África”; registrou, no entanto, o fato de cada peça de mesa ou quarto nela existente ser de prata maciça. Muito o impressionou, porém, o retrato a óleo que nela viu, de Isidoro Félix de Souza – “Ao fundo da sala estava um retrato, de corpo inteiro, deste mercador de escravos, bastante fiel à sua figura de mulato escuro e de cabelos crespos”; assinalou, então, sua surpresa quanto à sua posição: – “sua mão direita descansando sobre uma secretária, onde apareciam papéis, um tinteiro, etc...”; e mais que, num segundo plano, aparecia algo inimaginável – uma biblioteca; o que lhe pareceu absurdo, desde que “estes homens não lêem nunca, raramente escrevem, sua alma estando totalmente envolta em prazeres sensuais, vivendo em estado de semi-nudez, fumando continuamente, e, na maior parte do tempo, vivendo em seu harém”.

Revelou ainda um grande espanto, quando, poucos dias depois, assistiu, a caminho de Abomey, capital do Daomé, a passagem de sua comitiva, ele à frente de 140 soldados uniformizados, armados e equipados, fazendo-se acompanhar por vários mercadores de escravos, todos protegidos por grandes guarda-sóis; havendo, ainda, se mostrado irritado por haver tentado o Xaxá II ser recebido antes dele, pelo rei

Gezo, do Daomé, e ser colocado em lugar melhor que o dele, em frente ao rei, o que ele, afinal, não permitiu.

Finalmente, diz-nos ainda M. Guillevin, de Isidoro Félix de Souza, haver sido – “um mulato alto, de boa aparência, com aproximadamente cinquenta anos, que havia herdado do pai o título de Xaxá e o seu prestígio”. Comentou, então – “*Hélas!* Pobre Xaxá! os ingleses com seus cruzeiros lhe deram bem fio a torcer, e o deixaram, creio eu, a viver somente do velho esplendor dos seus antepassados”. Contou-nos, ainda, que foi por ele muito bem recebido em sua casa, onde lhe foi servido chá, acompanhado de alguns doces do país; e que nessa ocasião, ele lhe falou do pai, de sua riqueza no passado e lhe apresentou seus familiares, cercando-o de gentilezas e amabilidades.

Isidoro Félix de Souza, o Xaxá II, morreu jovem, aos 48 anos, em 1858, havendo o seu título passado a ser usado por um seu primo, que se chamava¹³, do mesmo modo que o avô, Francisco Félix de Souza, personagem, contudo, sem grande destaque na história do Daomé. Desde 1850, contudo, já começara o rei Gezo a comerciar com outros negociantes, extinguindo-se, desse modo, o monopólio que até então tivera o primeiro Xaxá, com o que fora diminuído, em muito, o prestígio da família Souza.

TEXTOS COMPLEMENTARES

A NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA SOBRE OS XAXÁS DE UIDÁ

O PRIMEIRO autor brasileiro a referir-se a Francisco Félix de Souza, o primeiro Xaxá, foi Nina Rodrigues, em *Os Africanos no Brasil*, tomando por base os trabalhos de Brazile Fèris – “La côte des esclaves”, artigo publicado em 1879, em *Archives de Médecine Naval*, e de A. B. Ellis – *The Ewe-Speaking Peoples of the Slave Coast of West Africa*, publicado em Londres, em 1890, este último seu principal informante estrangeiro sobre os povos africanos, por ele identificado como “coronel do regimento britânico das Índias Ocidentais e continuador da *História do Daomé*, de Dalzel, história que tinha ficado em 1791”¹⁴. Somente em 1939, voltou Francisco Félix de Souza a ser citado por um autor nacional – João Dornas Filho, em *A escravidão no Brasil*, publicado, no Rio de Janeiro, obra registrada por Nelson Werneck Sodré, como um “estudo sumário e informativo sobre a escravidão, seus efeitos em geral, distribuição de mão-de-obra, pelas diversas áreas agrícolas abrangendo das origens coloniais até a fase da Abolição”¹⁵.

Artur Ramos mencionou-o, a seguir, em 1943, no capítulo “As culturas daomeianas e o grupo gêge no Brasil”, constante do primeiro volume de sua monumental *Introdução à Antropologia Brasi-*

leira, tomando também por base, as informações colhidas na obra do “Coronel Ellis”.¹⁶ Enquanto Luiz Viana Filho, em *O negro na Bahia*, publicado em 1946, assinalou que entre “os homens da Bahia (que) intervinham diretamente no mercado (de escravos), assegurando para os seus o privilégio e a tranqüilidade do negócio”, destacavam-se, “já na segunda metade do século (século XIX) (...) Félix de Souza e Domingos Martins, aquele agraciado pelo Rei do Daomé com o título de Xaxá, em recompensa aos seus serviços à política do Reino africano, e ambos partidários do tráfico português”¹⁷.

Três anos depois, apresentaria J. F. de Almeida Prado, em 1949, ao IV Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, comemorativo do IV Centenário da Bahia, a tese intitulada “A Bahia e as suas relações com o Daomé”, publicada, naquele mesmo ano, no volume V dos *Anais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* e, republicado em 1956, como capítulo, sob este mesmo título, no livro desse mesmo autor – *O Brasil e o colonialismo europeu* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, v. 288, 1956, pp. 115-226). Tal artigo, de excepcional valor, altamente informativo, testemunha a enorme erudição do autor; apresentando, contudo, uma falha lamentável – a falta de uma bibliografia que nos forneça informações precisas sobre as obras por ele consultadas, encontrando-se as numerosas referências a elas feitas, dispersas pelo seu trabalho, frequentemente transcritas na língua original das obras de onde foram extraídas, sem que sejam plenamente identificadas. Valendo notar, nesta ocasião, que J. F. de Almeida Prado nele se referiu, três vezes, a Pierre Verger, mencionando-o, na primeira, como um “jornalista”, autor de um recente trabalho sobre o Daomé, que o desagradara, por nele haver se limitado a reproduzir a lista que ele antes fizera dos soberanos do Daomé, “com omissão apenas da autoria da mesma” (p.116); na segunda, identificando-o, ainda, apenas como o “jornalista Verger”, quando, ao tratar do bom relacionamento existente entre Francisco Félix de Souza, o Xaxá I, e o rei Gezo, do Daomé, afirmou que Verger tivera “a oportunidade de consultar o manuscrito de Achille Féraud” (*Livre de*

la Famille Oliveira – manuscrito citado por Pierre Verger, que informa haver sido ele escrito em 1925), e que por isso acrescentara dados novos a respeito desse bom entendimento (p. 160); e, numa terceira vez, ao registrar que Pierre Verger recolhera, na África, depoimentos de alguns dos descendentes de Francisco Félix de Souza, entre os quais, o de Norbert de Souza, e por seu intermédio, o de Agostinho Tigre de Souza, seus bisnetos (p. 204), o que lhe permitira obter informações que desconhecia; sem reconhecer, então, como seria justo, – mesmo menosprezando-a, a importância do trabalho de pesquisa que Pierre Verger já iniciara sobre as terras do continente africano, do qual tinha o autor conhecimento, pois que a ela se refere, sem nos permitir, contudo, identificar, em razão da sua costumeira omissão das fontes por ele utilizadas, quais dos seus artigos teria consultado antes de escrever sua comunicação ao referido IV Congresso de História Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1949.¹⁸

Em 1951, caberia a Gilberto Freyre, através de artigos que publicou em *O Cruzeiro*, revista semanal de circulação nacional, editada no Rio de Janeiro, chamar a atenção para os “brasileiros” da África, estimulado pela presença, ao seu lado, de Pierre Verger, que então lhe forneceu importantes informações a seu respeito.¹⁹ Finalmente, foi o próprio Pierre Verger, aqui considerado tanto francês quanto brasileiro, e, particularmente baiano, que, em extraordinário artigo, já várias vezes aqui mencionado – “Influence du Brésil au golfe de Benin”, publicado em Dacar, em 1953, encerrou, brilhantemente, o ciclo de citações e artigos referentes aos Xaxás de Souza, iniciado em 1906, na Bahia, por Nina Rodrigues.

Waldir Freitas Oliveira

B

O RETRATO DO XAXÁ II VISTO POR FORBES

“OUTROS brasileirismos haviam se desenvolvido na África sob sua proteção de grande senhor (refere-se a Francisco Félix de Souza, o Xaxá I)*, além deste, de natureza moral: – o repúdio ao sacrifício humano. Brasileirismos de ordem natural: – o gosto pela cachaça, o vício elegante do charuto e o costume da rede aristocrática, por exemplo. Em companhia da família Souza, e em excursão rural, o inglês Forbes conheceu esplêndida fazenda conservada por um negro livre que fora escravo na Bahia. Aí se cultivava, ao lado de coqueiros, ou palmeiras – para o azeite –, e de inhame e algodão, o milho brasileiro; base de tantos quitutes afro-brasileiros, inclusive o cuscuz nortista. E na casa do baiano, bebia-se café, não em xícaras de porcelana, mas em vasos de prata sólida. Café e vinhos finos. Era, na hospitalidade, essa casa de agricultor baiano na África, uma espécie de casa-grande do Norte do Brasil, mais opulentamente patriarcal no modo de servir quitutes, vinho e café.

*Nota do editor

Ainda outro brasileiro parece ter sido, de certo modo, introduzido ou estimulado na África, pelo grande Xaxá, fundador da Dinastia e pelos Xaxás seus descendentes: – o gosto pela ostentação de sabor livresco e de aristocracia burocrática. É ainda Forbes quem nos informa ter visto na casa dos Souza, um retrato, de corpo inteiro, do Xaxá e parece que do segundo: – pardo escuro e com cabelos crespos como lã de carneiro. Retrato fiel: – pardo, em ambiente europeu. A mão direita do retratado repousava sobre sua secretária com papéis e tinteiro. No fundo, via-se uma biblioteca. O que pareceu ao inglês, que evidentemente não compreendeu o que havia de influência brasileira ou baiana nessa simulação – inexplicável. Inexplicável, por que ele não via africanos ou “brasileiros” da África lendo ou escrevendo por gosto e sim, quando opulentos, constantemente entregues a “gozos sensuais”. Quase sempre em seus haréns. E fumando “eternamente”. Por que então aquela mão sobre uma secretária e como que a acariciar papéis, tinteiro e pena? Aquele cenário mentiroso: uma biblioteca? A resposta é que os “brasileiros” como o Xaxá, não se retratavam com aparências de bacharéis ou doutores só para – inglês ver – mas também para impressionar “brasileiros” e brasileiros; e para eles próprios, “brasileiros” ou “baianos” triunfantes na África e aí enriquecidos, satisfazerem desejos trazidos do meio brasileiro ou baiano. Um desses desejos – desejo no sentido da classificação psico-sociológica de Thomas – o de parecerem bacharéis, doutores, burocratas. Pois essas figuras que, desde os fins do século XVIII ou dos princípios do século XIX, vinham superando em prestígio, no Brasil, os rústicos capelães e sargentos-mores de outros tempos; permitindo aos pardos ou homens de cor, uma ascensão social mais rápida e mais fácil que através do serviço militar. É retrato significativo, do ponto de vista psico-sociológico, o do Xaxá, descrito pelo observador inglês que não compreendeu o mistério do aparato burocrático e acadêmico em torno do retratado.

Note-se, porém, que esse mesmo Xaxá que se fazia retratar com atributos doutorais e aristocraticamente burocráticos, sabia aparecer nas ruas, no meio de pompa e de honras militares. Era como se

fosse, em traços exagerados e quase de caricaturas, um daqueles capitães-doutores ou majores-doutores que a República, no Brasil, conheceu em períodos já remotos de sua vida: – nos seus começos heróicos de regimes indecisos. Forbes viu, uma vez, o segundo Xaxá à frente de 140 soldados, ele e outros “brasileiros” carregados em redes à sombra de enormes guarda-sóis. Toda uma mistura estranha – observe-se –, de ostentação, por um lado, de força militar, e por outro, de langor aristocrático. Langor aristocrático de donos de escravos, orgulhosos de serem homens de ócio. Ao lado do armamento ocidental – o usado pelos soldados – a insígnia oriental ou africana: – os chapéus-de-sol que cobriam os senhores. Quanto à rede – também ostentação de condição senhoril – deve-se relembrar que foi um dos vários brasileirismos introduzidos ou divulgados na África pelos Xaxás e por outros “brasileiros” ou africanos abasileirados pela permanência no Brasil: ou descendentes desses africanos, estabelecidos em terra dos pais ou avós negros, como gente semi-africana, semi-européia nos seus estilos de vida”²⁰.

Gilberto Freyre

C

FRANCISCO FÉLIX DE SOUZA

“DE Souza vive em uma morada bem construída por seus cuidados. Reservou-se uma parte para seu uso pessoal: uma outra está aberta aos capitães dos navios negreiros que comem e dormem ali, o resto está reservado para o tráfico. É um homem de hábitos estranhos, sombrio e solitário.

Não aparece nunca entre os capitães que hospeda, salvo na hora do jantar, onde não se dirige, a não ser raramente, para alguns deles; detém o controle, o mais absoluto e o mais arbitrário, sobre todos eles; lhes seria impossível tomar um escravo a bordo sem sua permissão; de alguma maneira estão mais sob seu controle que um navio de guerra está sob aquele do almirante. Nenhum capitão conhece o momento em que pode ser chamado a tomar o mar.

De Souza dará subitamente a ordem a um entre eles de manter-se pronto para um certo dia; imediatamente a água, o combustível, a farinha para os escravos, tudo é enviado para bordo, e o capitão deve ter completado sua parte. As velas são içadas e tudo está pronto para a tarde indicada. Naquele momento, os botes com os negros chegam ao longo do bordo e são, apressadamente, amarrados no

lugar previsto para sua recepção. O vaso deixa o ancoradouro com todas as suas velas. De Souza mergulha de novo em sua letargia aparente, e os capitães são deixados a festejar, jogar e especular sobre o próximo entre eles a ser enviado.

Esta era a prática antes que os navios pudessem ser apresados “equipados para tomar escravos a bordo”: agora as disposições são tomadas em Cuba ou no Brasil antes da partida para a costa, e o negreiro chegará a uma hora e tornará a partir para um daqueles lugares poucas horas depois, a notícia de sua partida tendo sido enviada antecipadamente para Uidá, ou para não importa qual outro depósito de escravos.

Perto da residência de De Souza estão os barracões ou depósitos de escravos que são grandes espaços descobertos rodeados de muros ou de fortes paliçadas, no interior dos quais estão os abrigos para os negros, no caso de mau tempo, durante o extremo calor do dia ou durante a noite. Ali estão freqüentemente reunidas numerosas centenas de jovens e de adultos, de homens e de mulheres; poucos velhos são tão infelizes como para chegar aos barracões: suas misérias terminam com suas vidas no dia de sua captura, quando, após exame, forem julgados invendáveis.

Naquele lugar, tão logo o sol se eleva em seu esplendor eterno, podemos ver os habitantes se arrastarem com indolência fora de suas choupanas. Os capitães dos vasos negreiros saem também do abrigo da colunata, sem dar a mínima atenção à sua primeira *toilette*, mas usam largos chapéus de palha e fumam seus charutos até a hora em que o *breakfast* está sobre a mesa; somente vêem De Souza bem mais tarde, durante o dia; com o tempo eles se reúnem para dividir uma refeição que é feita de todas as coisas que são a delícia nestes lugares: chá, café, vinho, cerveja “Guinness” e “Bass”, pão preparado de diversas maneiras, frutos e doces, tudo espalhado em uma luxuosa desordem para aqueles mercadores de carne humana; a melancolia, a manutenção da impressão de cansaço de muitos dentre eles demonstra os efeitos do clima, e deixam-se cair com indolência sobre qualquer cadeira

ou leito desocupado que possam encontrar; outros lançam brincadeiras com apatia e poucos dentre eles tornam-se culpados de embriaguez; este vício não juntou sua hediondez ao caráter revoltante dos capitães negreiros. A refeição testemunha a riqueza de De Souza, o serviço é de bela porcelana da China, com copos admiravelmente talhados, pratos de prata, colheres e garfos em ouro mesmo; tudo aquilo que as manufaturas inglesas produzem decora a mesa e prova a natureza remuneradora do tráfico de escravos”.²¹

Sir Henry Huntley

NOTAS

Capítulo I – A viagem e a estada do príncipe de Joinville na Bahia (1840)

¹ Charles Seignobos. *História sincera da França*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 416.

² Donatello Grieco. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

³ *Idem*, pp. 119/120.

⁴ Segundo informação que me foi prestada por José Góes de Araújo, bisneto de Egas Moniz Barreto de Aragão, tão logo ouviu ele o tiroteio dos caçadores, saiu rápido, a cavalo, do seu engenho em Mataripe, na direção de onde vinham os tiros e conseguiu esclarecer, a tempo, a situação dos estrangeiros, frente aos que os atacavam, julgando-os invasores.

⁵ Frederico Edelweiss. *O Príncipe de Joinville no Brasil*. Bahia: Centro de Estudos Baianos, Universidade Federal da Bahia, Publicação n. 4, 1951.

⁶ MGR. Le Prince de Joinville. *Vieux Souvenirs*. Paris: Mercure de France, 1986.

⁷ Há, no original, referências a um grande bombo, a trombones e clarinetas.

⁸ Há, no original, referência à presença de manguezais em torno da enseada.

⁹ *Idem*, pp. 8/9. Orleans, Francisco Fernando Felipe de, Príncipe de Joinville. *Vieux Souvenirs* (1818-1848). Com ilustrações do autor. 3.^a edição. Paris: C. Levy, 1894, pp. 212/219.

¹⁰ Aristides Milton. “Efemérides Cachoeiranas” in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 4, Ano VII, junho de 1900. Obs.: esses artigos foram reunidos em volume, em 1979, por iniciativa do então Reitor da Universidade Federal da Bahia, Augusto da Silveira Mascarenhas, que determinou a instituição da “Coleção Cachoeira”, colocada sob a coordenação de Antônio Loureiro de Souza, da qual constituíram, com esse mesmo título, o primeiro volume. Desta referida edição, consta à página 300, o seguinte registro, referente ao dia 5 de setembro de 1840: –“Em 1840, chegaram a esta cidade o príncipe de Joinville e muitas pessoas de sua comitiva, que a bordo do *Belle Poule* e do *Favourite*, ancorados então no porto da Bahia, conduziam de Santa Helena para a França, os ossos de Napoleão I. Causou muita

admiração – ver-se o conde de Las Cases comer bananas com casca e tudo, ao jantar, no vapor que o trouxera até aqui. Mas foi exatamente assim que o ilustre titular pôde demonstrar o apreço que dera à saborosa fruta, tão rara então nas estufas europeias. Aqueles dois vasos da marinha francesa, no dia 14, zarparam, seguindo da nossa capital para o seu destino”.

¹¹ José Álvares do Amaral. “Resumo chronologico e noticioso da província da Bahia, desde o seu descobrimento em 1500” (Revisto e consideravelmente anotado por J. Teixeira Barros, sócio effectivo do Instituto Geographico e Histórico da Bahia) in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 47, 1921-1922, Bahia, 1922, pp. 441/444. Obs.: já se referindo às *Memórias* do príncipe de Joinville, descreve o autor, com detalhes, o incidente ocorrido com ele na Bahia, sem mencionar, contudo, o topônimo Mataripe. Repete, contudo, no registro referente a 14 de setembro de 1840, o mesmo erro cometido por Aristides Milton, quando afirma: – “Zarparam do porto desta capital, com destino à França, os navios de guerra *Belle Poule* e *Favourite*, constituindo uma esquadilha sob o comando do príncipe de Joinville. Um desses vasos conduzia de Santa Helena os restos mortais de Napoleão I, mandados buscar por Luís Felipe”.

¹² Donatello Grieco. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1939. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. Obs.: não conseguimos localizar, até agora, os exemplares do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, editados a 13 e 19 de setembro de 1840, mencionados pelo autor.

¹³ Arnold Wildberger. *Os Presidentes da Província da Babia* (1824 -1889). Bahia: Tipografia Beneditina, 1949, pp. 237/238.

¹⁴ Washinton Perry de Almeida. “O Príncipe de Joinville”. RIGHB, 292: 156-174, jul.set., 1971.

¹⁵ Pedro Calmon. “Os senhores de engenho de Mataripe” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 297:51-55, out.dez., 1972 // Paulo Orimindo de Azevedo e Esterzilda Berenstein de Azevedo. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural IPAC-BA, v.II, Monumentos e sítios do Recôncavo*. I Parte. Secretaria da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. Coordenação de Fomento ao Turismo. Salvador, 1978, pp. 181-182.

Capítulo II – A viagem de retorno à França do *La Belle Poule*

¹ Príncipe de Joinville. *Vieux Souvenirs* (1818-1848). Paris: Calmann-Lévy, 1894, pp. 216-220.

² *Idem, ibidem*.

³ Paul Johnson. *Napoleon*. A Penguin Life. New York., 2002, p. 183.

Capítulo III – A visita do príncipe de Joinville ao Xaxá Francisco Félix de Souza (1843)

¹ Frederico Edelweiss. *O Príncipe de Joinville na Babia*. Bahia: Centro de Estudos Baianos, Universidade Federal da Bahia, Publicação n. 4, 1951.

² Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Babia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, p. 245.

³ *Idem*, p. 460.

⁴ Pierre Verger. “Influence du Brésil au golfe de Benin” in *Les Afro-Américains*. Dakar: Mémoires de l’Institut Français de l’Afrique Noire, 1953, pp. 11-101. Obs.: nesta publicação figuram, ao lado de Pierre Verger, com valiosos artigos sobre o Brasil, Roger Bastide, Édison Carneiro, Eduardo Otávio da Costa, Gonçalves Fernandes, Gilberto Freyre, Joseph H. Greenberg, Melville Herskovits, Carlos Ott, Donald Pierson e, mais uma vez, Pierre Verger, com um outro intrigante artigo – “Le Culte des Vodoun d’ Abomey

aurait-il été apporté à Saint-Louis de Maranhon par la mère du roi Ghézo?”

⁵ Nina Rodrigues. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, pp. 59-62 e 180.

⁶ *Idem*, pp. 59 e 61.

⁷ Pierre Verger. *Flux e Reflux...*, pp. 462-463.

⁸ *Idem, ibidem*.

⁹ Príncipe de Joinville. *Vieux Souvenirs*. 1818-1848. Paris: Calmann-Lévy, 1894, pp. 341-346.

¹⁰ *Apud*. Robin Law. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66” in *Afro-Asia*, n. 27. Bahia: Centro de Estudos Afro-orientais – CEAO, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH, Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2002, pp. 41-77.

¹¹ Pierre Verger. “Influence du Brésil au golfe de Benin in *Les Afro-américains*. Dakar: Mémoires de l’Institut Français de l’Afrique Noire. Publication, n. 27, 1951, p. 41.

¹² *Idem*, pp. 35.

¹³ Robin Law. *Opus cit.*, p. 49.

¹⁴ Nina Rodrigues. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945, pp. 58-59

¹⁵ Nelson Werneck Sodré. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais. INEP. Ministério da Educação e Cultura, 1960, p. 60.

¹⁶ Artur Ramos. *Introdução à antropologia brasileira*, v. 1. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951, pp. 300-301.

¹⁷ Luiz Viana Filho. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946, p. 71.

¹⁸ J. F. de Almeida Prado. *O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 116, 160 e 204.

¹⁹ Gilberto Freyre. “A dinastia dos Xaxá de Souza” in *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1951. Artigo posteriormente integrado, a partir da sua segunda edição, in Gilberto Freyre. *Problemas brasileiros de antropologia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, em capítulo intitulado “Acontece que são baianos”, de onde foi, agora, em parte transcrito.

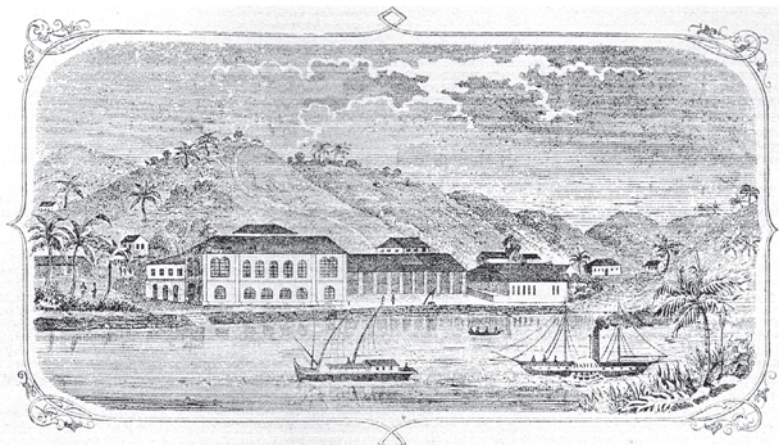
²⁰ Gilberto Freyre. *Idem*.

²¹ Relatório escrito por Sir Henry Huntley, comandante da fragata *The Tinette*, que navegou ao longo da costa da África ocidental entre 1831 e 1838. *Apud* Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. Dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987, pp. 464-465).

ILUSTRAÇÕES & FOTOS



1 – Engenho Mataripe, no Município de São Francisco do Conde. De uma aquarela de cerca de 1875 (in Wanderley Pinho. *História de um engenho do Recôncavo. 1552-1944*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946).



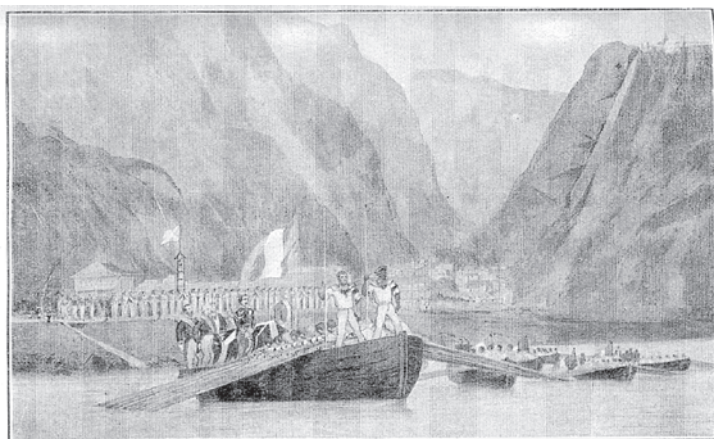
2 – Engenho Vitória do Paraguaçu, no Município de Cachoeira. Gravura dos meados do século XIX (in Wanderley Pinho. *Opus cit.*) .



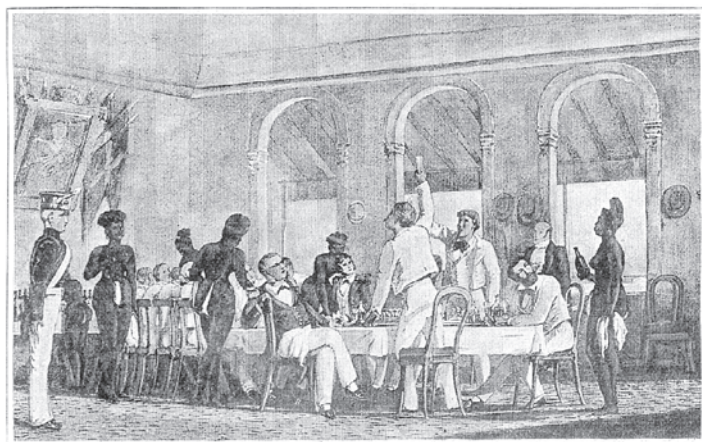
3 – Relógio oferecido a Egas Moniz Barreto de Aragão pelo príncipe de Joinville, quando da sua estada na Bahia em 1840 (fotografia gentilmente cedida pelo Dr. José Góes de Araújo, bisneto de Egas Moniz Barreto de Aragão). Em seu pêndulo acha-se gravado, pouco visível na fotografia, o brasão do príncipe de Joinville.



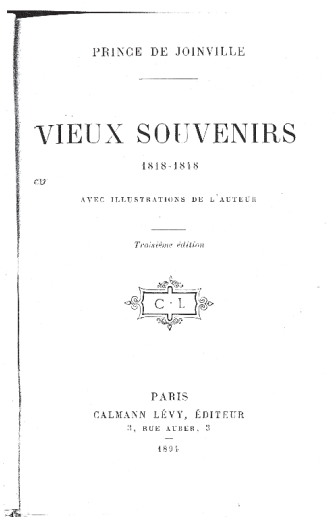
4 – Tomaz Xavier Garcia de Almeida, presidente da província da Bahia ao tempo da visita do príncipe de Joinville (Arnold Wildberger. *Os presidentes da província da Bahia. 1824 – 1889*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949).



5 – “Santa Helena. Embarque do esquife do Imperador Napoleão I” (fotogravura n. 22, executada por Bousod, Valadon et Cie, in Prince de Joinville. *Vieux Souvenirs*. Paris: Callman Lévy, 1894).



6 – “Jantar internacional – Costa da Guiné” (fotogravura n. 28, executada por Bousod, Valadon et Cie., in Prince de Joinville. *Opus cit*).



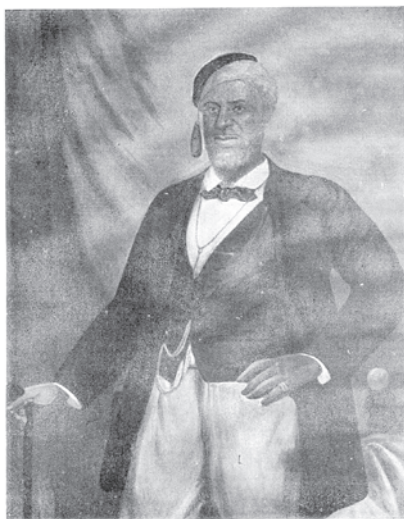
7 – Folha de rosto de Prince de Joinville. *Vieux Souvenirs*.



8 – Retrato de Francisco Félix de Souza (Xaxá I) em Uidá, Daomé (in Pierre Verger. “Influence du Brésil au golfe du Bénin” in *Les afro-américains*, Dakar: Institut Français d’Afrique Noire, 1953).



10 – Retrato de Isidoro Félix de Souza (Xaxá II) em Uidá, Daomé (in Pierre Verger. *Opus cit.*).



11 – Retrato de Francisco Félix (Chico) de Souza (Xaxá III) (in Pierre Verger. *Opus cit.*).

Coleção Nordeste

- **Joaquim Nabuco: abolição e a república**
Manuel Correia de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco – Editora Universitária – UFPE
- **Flor de romances trágicos**
Luís da Câmara Cascudo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN
- **A Ciência e os sistemas**
Pedro Américo
Universidade Federal da Paraíba – Editora Universitária – UFPB
- **História da minha infância**
Gilberto Amado
Universidade Federal de Sergipe – Editora UFS
- **Cancioneiro geral**
Martins Napoleão
Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
- **Cartas literárias**
Adolfo Caminha
Universidade Federal do Ceará – Edições UFC
- **Imagens de um tempo em movimento: cinema e cultura na Bahia nos anos JK (1956-1961)**
Maria do Socorro Silva Carvalho
Universidade Federal da Bahia – EDUFBA
- **Canais e lagoas**
Octávio Brandão
Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL
- **Cordéis**
Patativa do Assaré
Universidade Federal do Ceará – Edições UFC
- **Frei Caneca: acusação e defesa**
Socorro Ferraz (organizadora)
Universidade Federal de Pernambuco – Editora Universitária – UFPE
- **Zé Limeira: o poeta do absurdo**
Orlando Tejo
Universidade Federal da Paraíba – Editora Universitária – UFPB
- **Gregório de Mattos: um códice setecentista inédito**
Fernando da Rocha Peres e Sílvia la Regina (organizadores)
Universidade Federal da Bahia – EDUFBA

- **Os índios tupi-guarani na pré-história, suas invasões do Brasil e o Paraguai, seu destino após o descobrimento**
 Moacyr Soares Pereira
 Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL
- **Macau**
 Aurélio Pinheiro
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN
- **Os portugueses no Brasil**
 Felisbelo Freire
 Universidade Federal de Sergipe – Editora UFS
- **Cancioneiro geral – volume 2**
 Martins Napoleão
 Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
- **O conto em 25 baianos**
 Cyro de Mattos (organizador)
 Universidade Estadual de Santa Cruz – EDITUS
- **Antecipações**
 Gilberto Freyre
 Universidade de Pernambuco – EDUPE
- **Naufração e prosopopeia**
 Afonso Luiz Piloto e Bento Teyxeyra
 Universidade Federal de Pernambuco – Editora Universitária – UFPE
- **Horto**
 Auta de Souza
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN
- **Apontamentos de folclore**
 Frederico Edelweiss
 Universidade Federal da Bahia – EDUFBA
- **Maceió de outrora**
 Félix Lima Júnior (organizado e apresentado por Rachel Rocha)
 Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL
- **José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo**
 José Aderaldo Castello
 Universidade Federal da Paraíba – Editora Universitária – UFPPB
- **Delírio da solidão**
 Jáder de Carvalho
 Universidade Federal do Ceará – Edições UFC
- **A Escrita da História na Casa de Sergipe**
 Itamar Freitas (organizador)
 Universidade Federal de Sergipe – Editora UFS

- **o catolicismo no brasil: um campo para a pesquisa social**
 Thales de Azevedo
 Universidade Federal da Bahia – EDUFBA
- **Contos**
 Adolfo Caminha
 Universidade Federal do Ceará – Edições UFC
- **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**
 Manuel Diégues Júnior
 Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL
- **Nossa Senhora dos Guararapes**
 Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro
 Universidade Federal de Pernambuco – EDUFPE
- **História do modernismo em Alagoas**
 Moacir Medeiros de Santana
 Universidade Federal de Alagoas – EDUFAL
- **Economia pernambucana no século XVI**
 Manoel Correia de Andrade (apresentação: Sylvana Brandão)
 Universidade Federal de Pernambuco – Editora Universitária – UFPE
- **O Príncipe de Joinville na Bahia, na Ilha de Santa Helena e no Golfo da Guiné**
 Waldir Freitas Oliveira
 Universidade Federal da Bahia – EDUFBA
- **Dias e noites**
 Tobias Barreto (organizador: Luiz Antonio Barreto)
 Universidade Federal de Sergipe – Editora UFS
- **Aves de arribação**
 Antônio Sales
 Universidade Federal do Ceará – Editora UFC
- **Memórias: antes que me esqueça**
 José Américo de Almeida
 Universidade Federal da Paraíba – Editora Universitária – UFPB
- **Termos tupi na geografia de Sergipe**
 Armino Guarani (organizadores: Francisco José Alves, Amâncio Cardoso e José Araújo Filho)
 Universidade Federal de Sergipe – Editora UFS
- **Antologia panorâmica do conto baiano – século XX**
 Gerana Damulakis (organizadora)
 Universidade Estadual de Santa Cruz – EDITUS
- **Como melhorar a escravidão**
 Henry Koster (tradução, prefácio e notas: Nelson Patriota – estudo introdutório: Manuela Carneiro da Cunha)
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN

ESTE trabalho de Waldir Freitas Oliveira, Professor Emérito da UFBA, docente de várias gerações, tem o mérito de retomar e esclarecer um assunto pouco conhecido na nossa historiografia. Utilizando fontes secundárias e uma bibliografia de difícil acesso, assim como uma pequena iconografia, o autor, centrado na figura do Príncipe de Joinville (François D'Orléans, almirante francês – 1818-1900) desloca o leitor para a Bahia, Santa Helena e Guiné, e nos conta três episódios: um incidente em engenho do recôncavo baiano, a solene transladação de Napoleão Bonaparte para Paris, onde jaz no *Les Invalides*, e um encontro com Francisco Félix de Souza, o XAXÁ I.

ISBN 85-232-0292-7

